

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO GESUP.F 1.002/2023	
OBJETO DO CERTAME	
Contratação de seguro garantia judicial destinado a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir valores efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide, de acordo com as condições e características estabelecidas no termo de referência.	
SESSÃO PÚBLICA	ABERTURA DE PROPOSTAS
www.gov.br/compras	24/01/2023 às 10:00 horas.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	
SIGILOSO (conforme art. 34 da lei 13.303/16)	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	EXCLUSIVA ME/EPP?
Menor Preço Global	NÃO
LOCAL DE ENTREGA	
Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Fábrica de Combustível Nuclear – FCN Rod. Presidente Dutra, km 330, s/nº - Engenheiro Passos Resende/RJ - CEP: 27555-000	
ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E ENVIO DE DOCUMENTOS	
Endereços eletrônicos: lue@inb.gov.br e gesup@inb.gov.br . Assunto: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.002/2023. Endereço físico: Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Gerência de Suprimentos – GESUP.F Rod. Presidente Dutra, km 330, s/nº - Engenheiro Passos – Resende/RJ - CEP: 27555-000	
REFERÊNCIA DE TEMPO	
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).	
ANEXOS AO EDITAL	
Anexo I – Modelos de Documentos Anexo II – Minuta de Instrumento Contratual Anexo III – Termo de Referência Anexo IV – Planilha de Preços	

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

A INB torna público que realizará licitação de abrangência nacional na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, sendo a presente licitação e a consequente contratação regidas pela Lei n.º 13.303/2016, pelo rito da Lei n.º 10.520/2002 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da INB, disponível em www.inb.gov.br/licitacoes, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e demais normas legais correlatas.

1. Preâmbulo

- 1.1. Este documento contém regras a serem observadas pelos licitantes para participação, elaboração e apresentação da Proposta e atendimento as condições de habilitação.
 - 1.1.1. Define-se como **Proposta Comercial** o conjunto de documentos contendo dados e informações relacionadas ao fornecimento de que trata este Edital, incluindo dados comerciais, dados técnicos, catálogos, diagramas e desenhos, planilhas de composição de custos e outras informações complementares apresentadas pelo Licitante.
 - 1.1.2. Define-se como **Habilitação** o conjunto de documentos capazes de demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira do Licitante.
- 1.2. Entendem-se como Documentos de Licitação este Edital, como também os suplementos ao mesmo que venham a ser emitidos pela INB.
- 1.3. A contratação do objeto de que se trata a presente Licitação será adjudicada a **uma única** empresa, respeitadas as condições estabelecidas neste Edital. As Propostas deverão contemplar a prestação total do(s) serviço(s) objeto desta Licitação, não sendo aceitas propostas para prestação parcial do(s) serviço(s).
- 1.4. O valor estimado da Licitação é sigiloso conforme determina o item 2.10 do Capítulo 4 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB, bem como o art. 34 da Lei n.º 13.303/2016.
- 1.5. **Em caso de eventual divergência existente entre as especificações técnicas descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá sempre o especificado no Edital do certame.**
- 1.6. O presente Edital foi aprovado pela Consultoria Jurídica da INB, por intermédio do Parecer COOCT.P n.º 343/22 de 27 de dezembro de 2022, nos termos do item 2.6.1 do Capítulo 4 do Regulamento de Licitações e Contratos da INB.

2. Prazo e Local de Execução do(s) Serviço(s)

- 2.1. O prazo da contratação será de 01 (um) ano, contado da data da última assinatura do representante das partes no instrumento contratual.
- 2.2. O prazo acima estabelecido para a execução do(s) serviço(s) poderá ser prorrogado por até 04 (quatro) novos períodos de 12 (doze) meses cada.
- 2.3. As apólices deverão oferecer garantia suficiente para apresentação em juízo, em todo território nacional, em processos de natureza civil, inclusive ambientais, e trabalhista, também em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança entre outros, como nova garantia em processo ou em substituição de garantia porventura existente.

3. Condições de Participação

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social seja compatível com o objeto desta Licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.
 - 3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
 - 3.1.2. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à INB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados considerados impedidos pela legislação em vigor, tais como aqueles que:
 - 3.2.1. Tenham sofrido penalidade ou proibição que, de algum modo, limite a sua participação em licitações ou sua contratação pela Administração Pública, nas hipóteses legais em que a abrangência das sanções alcance a INB, a exemplo das previstas nas Leis 8.666/93, 10.520/02, 12.527/2011, 12.529/2011 e 9.605/98;
 - 3.2.2. Estejam sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
 - 3.2.2.1. No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar a empresa que apresentar o comprovante de deferimento da recuperação judicial ou extrajudicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
 - 3.2.3. Se enquadrem em alguma das vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seus artigos 38 e 44.
 - 3.2.4. Possuam vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto nº 7.203/2010.
 - 3.2.5. Cujo administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:
 - I. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela contratação ou;
 - II. autoridade hierarquicamente superior no âmbito da INB, conforme Decreto nº 9.507/2018.
- 3.3. Os impedimentos serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. O licitante poderá participar desta licitação por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.

4. Condições de Participação de Consórcio (Cosseguro)

- 4.1. Será permitida a participação de sociedades organizadas sob a forma de Consórcio, observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir:

- 4.1.1. Será impedida de participar desta licitação a sociedade que participe, ao mesmo tempo, de mais de um Consórcio ou a sociedade que atue, ao mesmo tempo, isoladamente e em Consórcio.
- 4.1.2. Caberá à sociedade líder a representação do Consórcio, sendo responsável por emitir declarações, apresentar proposta, lances e documentos de habilitação, manifestar intenção de recorrer, apresentar razões e/ou contrarrazões recursais, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação, dentre outros atos.
 - 4.1.2.1. Nos Consórcios compostos por brasileiros e estrangeiros, a representação do Consórcio caberá ao Consorciado brasileiro.
- 4.1.3. A proposta do Consórcio deverá ser assinada pelo Representante Legal ou Procurador da sociedade líder, e deverá conter todas as informações dos Consorciados (nome e endereço completos, número do CNPJ, números de telefone e e-mail), bem como todas as informações dos estabelecimentos vinculados à execução contratual nos termos do item a seguir.
- 4.1.4. Deverá ser apresentado para Habilitação, Instrumento, público ou particular, de Compromisso de Constituição do Consórcio, indicando minimamente:
 - a) a designação do Consórcio, sua composição, bem como seu objeto;
 - b) a sociedade líder do Consórcio, a quem deverão ser conferidos amplos poderes para representar o Consórcio durante todo o procedimento licitatório e a vigência contratual, bem como administrativa e judicialmente;
 - c) a participação de cada Consorciado na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada Consorciado no valor global ofertado;
 - d) o prazo de vigência do Compromisso, que deverá estar vinculado à duração do procedimento licitatório;
 - e) o prazo de duração do Consórcio que não poderá ser inferior ao prazo de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses;
 - f) os compromissos, as obrigações, bem como a responsabilidade de cada Consorciado quanto ao cumprimento das obrigações contratuais;
 - g) a responsabilidade solidária dos Consorciados pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do procedimento licitatório e do Contrato.
 - 4.1.4.1. O Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio previsto no item anterior deverá ser assinado por todos os Consorciados.
- 4.1.5. O benefício de desempate de ME/EPP somente será aplicável ao Consórcio, caso este seja formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.
- 4.1.6. Todos os documentos de habilitação previstos neste Edital deverão ser apresentados por todos os Consorciados, sob pena de inabilitação do Consórcio, ressalvando-se que:
 - I. para atendimento da exigência a Qualificação Técnica prevista neste Edital, será admitido a apresentação de Atestados em nome de cada um dos Consorciados, desde que atinentes ao seu escopo no Consórcio, bem como o somatório da qualificação de cada Consorciado.
 - II. para atendimento da exigência de Qualificação Econômica Financeira prevista neste Edital, será admitido o somatório dos valores de todos os Consorciados, na proporção de sua respectiva participação, bem como será verificado o atendimento dos requisitos contábeis de cada Consorciado.
- 4.1.7. Caso o Consórcio se sagre vencedor, deverá promover, antes da celebração

do Contrato, sua constituição e registro, observadas as disposições do Termo de Compromisso apresentado na fase de Habilitação, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.1.8. A modificação da composição do Consórcio somente poderá ocorrer caso seja expressamente autorizada pela INB, até a conclusão do objeto contratual.

4.1.8.1. Não se aplicará a vedação constante neste item quando os Consorciados decidirem fundir-se em uma só pessoa jurídica, que as suceda para todos os efeitos legais, mantendo-se a solidariedade dos Consorciados.

5. Formalização de Consultas

5.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas, qualquer interessado poderá enviar à INB pedido de esclarecimento acerca deste Edital, através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital.

5.2. Antes da data limite de recebimento das Propostas, a INB poderá emitir suplementos para rever, emendar ou modificar qualquer parte deste Edital.

5.2.1. Os suplementos a este Edital que afetem, inquestionavelmente, a formulação da Proposta, ocasionarão a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.

5.3. Todos os esclarecimentos e suplementos emitidos serão disponibilizados no sistema eletrônico. No caso de esclarecimentos, a resposta da INB não identificará a fonte que os solicitou.

5.4. É de responsabilidade do Licitante manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações ou esclarecimentos acerca do Edital, através de consulta permanente ao sistema eletrônico, não cabendo à INB a responsabilidade pela não observância desse procedimento.

5.5. Não deverão ser consideradas pelos licitantes na formulação de sua Proposta quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da acima estabelecida.

5.6. Os interessados em ter vistas ao processo administrativo, respeitado o sigilo do valor estimado da contratação e dos documentos relativos à formação de preços, poderão solicitar, previamente, acesso aos documentos através de pedido enviado para a INB por meio eletrônico para os endereços constantes na capa deste Edital.

6. Impugnação ao Edital

6.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Área Requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

6.2. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro(a), através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital, devendo ser informado, no campo "assunto", o número da licitação.

6.3. Não serão aceitas as impugnações que:

6.3.1. Forem entregues fora do prazo legal;

6.3.2. Forem interpostas por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.

6.3.3. Nesse caso, aquele não habilitado enquanto representante, deve apresentar impugnação na forma do item 6.1.

7. Apresentação de Proposta

- 7.1. O Licitante deverá encaminhar Proposta Inicial, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item “Habilitação” deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.
- 7.1.1. Poderá ser desclassificado o Licitante que não encaminhar os documentos no sistema eletrônico conforme critérios estabelecidos no item acima.
- 7.1.2. Entende-se como Proposta Inicial o documento elaborado, preferencialmente conforme modelo de planilha de preços disponível nos anexos deste Edital, que conterá informações do produto ou serviço que está sendo ofertado para a licitação.
- 7.1.3. A oferta registrada no sistema eletrônico deverá considerar o valor de desconto ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, considerando o serviço dimensionado no Termo de Referência e de acordo com as cláusulas do Modelo de Instrumento Contratual anexos a este Edital.
- 7.1.4. O Licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:
- I. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
 - II. que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - III. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - IV. que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente.
 - V. que se enquadra como ME ou EPP, para usufruir da preferência de contratação estabelecidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, quando for o caso.
- 7.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.
- 7.3. O licitante ao firmar por meio do sistema eletrônico as declarações acima, ratifica que cumpre todos os requisitos do edital e seus anexos, inclusive os requisitos de habilitação, pela qual se depreende que, sob os efeitos da lei, não se enquadra nas hipóteses de impedimentos de participar e de ser contratada pela INB, e que nenhum sócio ou administrador possui vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto n.º 7.203/2010.
- 7.4. Até a data e hora estabelecida neste Edital para a Abertura da Proposta os licitantes poderão retirar ou substituir a oferta de preço e os documentos de habilitação complementares anteriormente apresentados.
- 7.5. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8. Abertura da Sessão do Pregão

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e sistema eletrônico indicados na capa deste Edital.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.5. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 8.6. O Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
 - 8.6.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance de menor valor deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 8.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às sanções constantes neste Edital.
- 8.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.
- 8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance nos últimos 02 (dois) minutos do período inicial da sessão pública.
 - 8.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes pelo período de 10 (dez) minutos para recepção dos lances.
 - 8.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes no sistema eletrônico.
- 8.12. Encerrada etapa de lances os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a), através do sistema eletrônico.
- 8.13. Caso a empresa vencedora da disputa seja uma ME ou EPP, a licitação terá sua

continuidade normal.

- 8.14. Se a empresa vencedora da disputa não for uma ME ou EPP, o Sistema verificará se há registro de lances classificados dentro do intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da empresa vencedora da disputa, procedendo à convocação da empresa ME ou EPP melhor classificada, que se encontra em situação de empate ficto, para que a mesma ofereça lance de valor inferior ao da empresa vencedora da disputa no prazo de até 05 (cinco) minutos, caso seja do seu interesse.
- 8.15. Caso o empate ficto ocorra após o encerramento da sessão pública de disputa de lances, em virtude de desclassificação, a ME ou EPP melhor classificada será convocada através da área de mensagens do sistema eletrônico, onde será informado data e horário limite para que o Licitante exerça seu direito no prazo máximo de 5 (cinco minutos).
- 8.16. Se a ME ou EPP ofertar lance inferior ao lance vencedor, o Sistema reclassificará a empresa com lance superior àquele novo lance classificado, de maneira que a ME ou EPP ofertante do melhor lance seja considerada como arrematante do lote e registrará oficialmente o valor do lance ofertado.
- 8.17. Na hipótese de não apresentação de lance pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.18. Na eventualidade de todas as ME's ou EPP's virem a ser desclassificadas, reassumirá a condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor valor, originalmente apresentada na sala de disputa.
- 8.19. Após aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, persistindo o empate, serão seguidos os critérios estabelecidos no art. 55 da Lei 13.303/16.

9. Aceitabilidade da Proposta

- 9.1. O critério de julgamento utilizado neste Pregão será aquele estabelecido na capa deste Edital, observados o valor estimado da contratação, o prazo de execução, a compatibilidade com o Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
- 9.2. O(a) Pregoeiro(a) deverá, através do sistema eletrônico, negociar uma redução no último valor ofertado pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 9.2.1. Caso o menor valor negociado esteja acima do orçamento estimado e aprovado pela INB para a contratação, o Licitante terá sua oferta desclassificada, passando o(a) Pregoeiro(a) a examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade.
- 9.3. **O Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar**, que tiver sua oferta de preços aceita pela INB, deverá encaminhar sua Proposta atualizada por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema eletrônico, no prazo de **até 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo(a) Pregoeiro(a).
 - 9.3.1. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.4. A Proposta a ser enviada pela empresa arrematante deverá ser elaborada preferencialmente conforme modelo de planilha de preço anexa a este Edital.
- 9.5. A proposta será feita em moeda nacional e não será admitido no preço unitário do item, nem no valor global, o fracionamento de centavos que ultrapassar 02 (duas) casas

decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

- 9.6. Será rejeitada a proposta que apresentar valores globais ou unitários irrisórios ou iguais a zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.7. O prazo de validade da Proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da abertura da Licitação.
- 9.8. O(a) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para correção da planilha de composição de preços quando o preço global ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes.
- 9.9. Será desclassificado o Licitante que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a) na proposta apresentada.

10. Habilitação

- 10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf e dos documentos complementares especificados neste Edital.
- 10.2. Os documentos complementares e aqueles que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser encaminhados concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
- 10.3. **A documentação a ser verificada através do Sicaf será a seguinte:**

10.3.1. Documentação relativa à habilitação jurídica

- a) Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social, ou documento equivalente, em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.
- c) *Certidão de Regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), certificando que a proponente está autorizada a operar e atestando que não se encontra, na data de realização do certame, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, tampouco esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP (Em se tratando de proposta apresentada por cosseguro, deverão ser apresentadas as certidões de regularidades de todas as entidades seguradoras integrantes do cosseguro).*

10.3.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao Município ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14.

Observação: Caso o Licitante enquadrado como ME ou EPP apresente alguma restrição relativa à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o direito previsto no §1.º do Art. 4.º do Decreto 8.538/2015.

10.3.3. **Documentação relativa à Qualificação Econômico Financeira**

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Licitante pessoa jurídica, devidamente válida.

➤ Caso o Licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar comprovante de deferimento da recuperação judicial ou homologação do plano de recuperação extrajudicial.

b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização deste Pregão, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão;

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.

Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

➤ Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Sendo: Índice de Solvência (I.S.) = $AT / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Geral (I.L.G.) = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Corrente (I.L.C.) = AC / PC ;

Onde: AT = Ativo Total, AC = Ativo Circulante, RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo, PC = Passivo Circulante, ELP = Passível Exigível a Longo Prazo.

➤ Caso a empresa apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, somente será considerada com boa situação financeira caso o Patrimônio Líquido não seja inferior a 10% (dez por cento) do valor global da proposta para contratação.

10.4. **A documentação complementar a ser anexada no sistema eletrônico pelo Licitante será a seguinte:**

10.4.1. Termo de Compromisso, na forma estabelecida no item 4.1.5 deste Edital, caso seja sociedade organizada sob forma de consórcio.

10.4.2. **Documentação relativa à Qualificação Técnica**

a) Comprovação através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão para execução do serviço objeto da contratação.

➤ Será considerado compatível o(s) Atestado(s) que comprove(m) que o Licitante executou objeto similar ao licitado.

○ *Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) já ter efetuado cobertura securitária, na modalidade garantia judicial, em valor equivalente ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor da importância segurada, ou seja, 70.604.585,03 (setenta milhões*

seiscentos e quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais e três centavos).

- *Em caso de proposta apresentada por cosseguro, será considerada válida a apresentação de atestados independentes, obtidos pelas entidades seguradoras integrantes do cosseguro, e que, em conjunto, produzam o mesmo resultado do(s) atestado(s) no que diz respeito ao atendimento do requisito definido no subitem acima.*

➤ Poderá ser solicitado ao Licitante, como forma de diligência para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), a apresentação da cópia do contrato que deu origem à contratação, notas fiscais referentes aos respectivos produtos/serviços, o endereço atual da contratante, o local em que os serviços foram prestados, entre outros documentos julgados pertinentes.

10.4.3. **Declarações e Autorizações**

- a) Declaração de Confidencialidade, conforme modelo disponibilizado em anexo, devidamente assinado pelo representante legal do Licitante.
- b) Declaração de enquadramento societário/fiscal para fins de Avaliação Econômico-Financeira, conforme modelo disponibilizado em anexo. Tal declaração subsidiará a documentação exigida para comprovação da qualificação Econômico Financeira.

10.5. **O Licitante que possuir cadastro junto à INB poderá apresentar somente os documentos listados a seguir:**

- a) Certificado de Registro Cadastral da INB devidamente atualizado.
- b) Documentos complementares estabelecidos no item anterior.

10.5.1. Para verificação da atualização cadastral, o Licitante antecipadamente deverá entrar em contato com o Setor de Cadastro de Fornecedores da INB pelo e-mail gesupcadastro@inb.gov.br, At. Cadastro de Fornecedores.

10.6. No processo de habilitação do Licitante, o(a) Pregoeiro(a) verificará também o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta.

10.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

10.8. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.8.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Suprimentos da INB, no endereço físico indicado na capa deste Edital.

10.9. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do Licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.10. Será inabilitado o Licitante:

10.10.1. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Licitação ou que não atender a todas as exigências contidas neste Edital.

- 10.10.2. Que possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a INB ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar com a Administração.
- 10.10.3. Que apresentar a documentação solicitada com defeitos considerados insanáveis.
 - 10.10.3.1. Consideram-se sanáveis os defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernentes aos seus prazos de validade.
 - 10.10.3.2. Será concedido o prazo de 01 (um) dia útil, prorrogável por igual período, para que o licitante corrija os defeitos sanáveis constatados em sua documentação de habilitação, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação em local próprio do site Comprasnet.
 - 10.10.3.3. Caso o licitante não atenda ao solicitado dentro do prazo estipulado, será inabilitado e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas na legislação vigente e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB.
- 10.11. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Licitante será declarado vencedor da Licitação.

11. Recursos Administrativos

- 11.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
 - 11.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
 - 11.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
 - 11.1.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pelo Diretor de Finanças e Administração da INB, em conformidade com os prazos estabelecidos em Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 11.3. As razões recursais deverão ser redigidas de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, conter a identificação do recorrente, o resumo dos fatos, o ato apontado como irregular ou nulo, os fundamentos que embasam a pretensão do recorrente e o pedido de modificação, revogação ou anulação da decisão proferida.
- 11.4. Não serão aceitos os recursos administrativos que forem entregues fora do prazo legal ou que forem interpostos por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.
- 11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. Adjudicação e Homologação

- 12.1. Adjudicado o Licitante vencedor, a licitação ficará sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação e

a legalidade dos atos praticados.

- 12.1.1. Se, por motivo de força maior ou caso fortuito, a homologação não puder ocorrer dentro do período de validade das Propostas, a presente licitação poderá ser suspensa caso persista o interesse da INB, quando será solicitada prorrogação geral da validade das propostas ao licitante vencedor, por igual prazo, no mínimo.
- 12.2. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

13. Formalização do Instrumento Contratual

- 13.1. Homologada a licitação, a vencedora do Certame será convocada para assinar, no prazo de até 05 (cinco) dias da convocação feita pela INB, o Instrumento Contratual oriundo desta licitação, que se embasará no Modelo anexo neste Edital.
 - 13.1.1. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela INB.
 - 13.1.2. A assinatura do Instrumento Contratual deverá ser feita, preferencialmente, na forma eletrônica utilizando certificado digital padrão ICP-Brasil. Caso o fornecedor não possa realizar a assinatura desta forma, este será convocado a comparecer à unidade da INB que realizou a licitação para assinatura física do Instrumento Contratual.
- 13.2. Se o Licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Instrumento Contratual ou não apresentar situação regular no ato da assinatura, estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.
 - 13.2.1. Neste caso, a INB poderá convocar o Licitante subsequente, respeitando a classificação do certame e as disposições relativas à preferência para a microempresa e empresas de pequeno porte, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, em conformidade com o Edital.
- 13.3. O Licitante vencedor deverá apresentar procuração devidamente reconhecida em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa, quando o mesmo não constar do Contrato Social como pessoa autorizada a assinar em nome do Licitante.
- 13.4. A rescisão do instrumento contratual poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
 - 13.4.1. Por ato unilateral de qualquer das partes nas hipóteses e prazos descritos no Instrumento Contratual, assegurada a prévia defesa da outra parte.
 - 13.4.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que seja conveniente para a INB e a Contratada.
 - 13.4.3. Por determinação Judicial.
 - 13.4.4. Nos casos estabelecidos no Instrumento Contratual.
- 13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14. Sanções Administrativas

- 14.1. Aos licitantes que deixarem de entregar a documentação exigida para o certame, não mantiverem a proposta, não celebrarem o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta e comportarem-se de modo inidôneo, poderão ser aplicadas as penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a INB, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo da reparação dos danos causados a INB pelo infrator:

- 14.1.1. Até 02 (dois) meses quando deixar de entregar documentação exigida para o certame.
- 14.1.2. De 02 (dois) a 06 (seis) meses quando não mantiver sua proposta.
- 14.1.3. De 06 (seis) a 12 (doze) meses quando não celebrar o Instrumento Contratual quando convocado dentro do prazo da validade da proposta.
- 14.1.4. De 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses quando se comportar de modo inidôneo.
- 14.2. A reincidência nos atos previstos no item anterior, ocorridas no prazo de até 12 (doze) meses a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da penalidade a ser aplicada, limitado a 24 (vinte e quatro) meses.
- 14.3. Toda penalidade aplicada ao Licitante será precedida de processo administrativo, devidamente instruído com a descrição dos fatos ocorridos e do dispositivo editalício ou legal que tenha sido violado.
- 14.4. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 14.5. As penalidades aplicadas aos licitantes serão registradas no Cadastro de Fornecedores da INB e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 14.6. As sanções previstas na Lei 13.303/16 e as do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB observarão também os termos da Lei 12.846/13.

15. Disposições Finais

- 15.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a INB revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 15.2. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, implicará na rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.3. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 15.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 15.5. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta.
- 15.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da INB.
- 15.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes através do sistema eletrônico, ou ainda, mediante publicação na área de licitações do site da INB.

- 15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:
- I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
 - II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dia e horário de expediente na unidade da **INB** que está realizando a Licitação.
- 15.10. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:
- I. Se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
 - II. Os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.
- 15.11. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 15.12. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste documento licitatório, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO I

MODELOS DE DOCUMENTOS



1. Termo de confidencialidade de informações

Ass.: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.002/2023

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - **INB**

Avenida Rio Branco, nº 01, Sala 1901, Centro – Rio de Janeiro - RJ.

O signatário do presente declara ter pleno conhecimento de que, as INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A – **INB** estará permitindo o acesso aos locais de operação e a informações que são necessárias à operação de suas Unidades.

Em consequência, declara o signatário, formal e expressamente, que manterá sigilo e confidencialidade sobre todo e qualquer documento, dado ou informação que está ou lhe venha a ser confiado em razão da natureza desta Licitação ou da execução dos serviços contratados, que lhe sejam transmitidos pela **INB** em conformidade com o Decreto 7.845, Art. 48 de 14/11/2012, respondendo, na forma da Lei, por qualquer dano ou prejuízo causado em razão da violação do sigilo e confidencialidade ora mencionado.

O signatário compromete-se a efetuar a devolução de quaisquer documentos que venha a ter acesso em função do presente processo licitatório.

.....
(local)

(data)

.....
(assinatura do representante legal do Licitante)



2. Declaração de Enquadramento Societário-Fiscal para Fins de Avaliação Econômico-Financeira

Ass.: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.002/2023

[Identificação do Licitante], inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) **[Identificação do representante do Licitante]**, portador da identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob pena de aplicação de sanções administrativas e legais cabíveis, que esta sociedade, na presente data, se enquadra como:

- () Sociedade em Geral obrigada a adotar e a enviar Escrituração Contábil Digital – ECD / SPED - Contábil, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007 combinado com a Instrução Normativa da RFB nº 1.420/2013 e alterações posteriores;
- () Demais Sociedades Empresariais ou Simples não obrigadas a adotar e a enviar Escrituração Contábil – ECD / SPED - Contábil.

.....
Local e data

(assinatura do representante legal do Licitante)



ANEXO II

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL



INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

Contrato nº _/_/___

Objeto: Contratação de seguro garantia judicial destinado a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir valores efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide, de acordo com as condições e características estabelecidas no termo de referência.

Contratada:

Requisitante/Requisição: GEACS.F 2022/08/0079

Data de Publicação do Aviso de Licitação: 11 de Janeiro de 2023



ÍNDICE

CLÁUSULAS / TÍTULOS

- 1ª. Objeto
- 2ª. Dotação Orçamentária
- 3ª. Obrigações da Contratada
- 4ª. Obrigações da INB
- 5ª. Preços
- 6ª. Reajuste de Preços
- 7ª. Condições de Faturamento
- 8ª. Condições de Pagamento
- 9ª. Alterações Contratuais
- 10ª. Sanções
- 11ª. Caso Fortuito e/ou Força Maior
- 12ª. Representante da Contratada
- 13ª. Representante da INB e Fiscalização do Contrato
- 14ª. Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia
- 15ª. Inadimplemento da Contratada
- 16ª. Rescisão
- 17ª. Recebimento do Objeto
- 18ª. Garantia
- 19ª. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato
- 20ª. Responsabilidade das Partes
- 21ª. Proteção de Dados Pessoais
- 22ª. Prazo de Vigência do Contrato
- 23ª. Tributos
- 24ª. Novação
- 25ª. Anticorrupção
- 26ª. Valor do Contrato
- 27ª. Foro

Anexos

I – Termo de Referência

II – Planilha de Preços



CONTRATO ENTRE **INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB** E *[inserir denominação social da contratada]*, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO GARANTIA JUDICIAL DESTINADO A GARANTIR VALORES PASSÍVEIS DE SEREM DEPOSITADOS OU SUBSTITUIR VALORES EFETIVAMENTE DEPOSITADOS EM PROCESSOS JUDICIAIS NOS QUAIS A INB FIGURE NA LIDE, A SEREM EXECUTADOS NA INB – INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A., ABRANGÊNCIA NACIONAL, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB, empresa pública federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Av. Rio Branco, nº 1, 19º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.322.818/0001-20, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada "**INB**", e *[inserir denominação social da Contratada]*, sociedade _____, com sede na cidade de [•] - [•], na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada "**CONTRATADA**" e, em conjunto com **INB**, "**Partes**", têm entre si ajustado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª – Objeto

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de seguro garantia judicial destinado a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir valores efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a **INB** figure na lide, abrangência nacional, em conformidade com o termo de referência.
- 1.2. Também fazem parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição ou anexação, os seguintes documentos:
 - 1.2.1. Documentos da Licitação PREGÃO ELETRÔNICO GESUP.F nº 1.002/2023.
 - 1.2.2. Propostas Técnica e Comercial da **CONTRATADA** nº ____/____, datadas de ____/____/____.
- 1.3. Fazem, também, parte integrante do presente Contrato os Anexos a seguir listados:
 - 1.3.1. Anexo I – Termo de Referência
 - 1.3.2. Anexo II – Planilha de Preços
- 1.4. Ocorrendo divergências entre os termos deste Contrato e o estipulado nos documentos mencionados nos itens 1.2 e 1.3 acima, prevalecerão as disposições deste Contrato, e na sequência as disposições dos documentos elencados no item 1.3 e 1.2 nesta ordem.
- 1.5. Não terão eficácia quaisquer ressalvas ou exceções ao estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Contrato, ou a outros documentos emitidos pela **INB**, formulados pela **CONTRATADA**, em relação às quais a **INB** não tenha concordado por escrito.
- 1.6. A presente contratação será regida pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de



Licitações e Contratos da **INB** e pelos preceitos de direito privado.

Cláusula 2ª – Dotação Orçamentária

- 2.1. A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 28846090100220000159724, Fonte de Recurso 250, Natureza da Despesa 220590000.

Cláusula 3ª – Obrigações da Contratada

- 3.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras constantes deste Contrato, seus Anexos ou das leis vigentes, particularmente a Lei nº 13.303/2016:
- 3.1.1. Executar fielmente os serviços de acordo com as cláusulas e condições deste Contrato e em rigorosa observância ao Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, determinações da **INB** e tudo mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
 - 3.1.2. Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nem utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo.
 - 3.1.3. Exigir que todo o pessoal mantenha comportamento condizente com as exigências e instruções de serviços específicos da **INB**.
 - 3.1.4. Atender, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer notificações da **INB**, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer outra obrigação contratual.
 - 3.1.5. Não admitir em seu quadro de pessoal ou utilizar os serviços profissionais de qualquer empregado da **INB** ou de outras empresas por esta contratada.
 - 3.1.6. Respeitar e fazer cumprir rigorosamente as leis, as portarias e determinações das autoridades públicas competentes, em tudo que diga respeito ao objeto deste Contrato.
 - 3.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento e hospedagem de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução deste Contrato.
 - 3.1.8. Arcar com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da **INB**, decorrentes da responsabilidade da **CONTRATADA** na execução deste Contrato, assumindo em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da **INB**, prestando, inclusive, as garantias necessárias à sua desoneração.
 - 3.1.8.1. O disposto no item 3.1.8 não exime a **CONTRATADA** de restituir à **INB** o valor que lhe for imputado em condenação, proferida pelo Poder Judiciário, por Juízo Arbitral ou outras instâncias competentes, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. O referido valor será acrescido de todos os acessórios, tais como despesas processuais, honorários advocatícios, despesas extrajudiciais, correção monetária e juros.
 - 3.1.9. Comunicar, imediatamente, à **INB**, com a devida comprovação, qualquer evento que impossibilite o cumprimento dos serviços, prestando os esclarecimentos necessários.
 - 3.1.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da **INB** inerentes ao objeto deste Contrato.
 - 3.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está



obrigada.

- 3.1.12. Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 3.1.13. Preservar e manter a **INB** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de ações de seus empregados, prepostos.
- 3.1.14. Quanto à comunicação de sinistros ou eventos danosos ao meio ambiente, a terceiros ou a seus empregados, que repercutam na imagem da **INB**, oriundos das atividades objeto deste Contrato:
 - 3.1.14.1. Comunicar à **INB** em até 12 horas, as ocorrências mencionadas no item 3.1.14 deste Contrato.
 - 3.1.14.2. Apresentar à **INB**, antes de sua divulgação, qualquer comunicado a ser feito aos meios de comunicação, juntamente com a documentação pertinente, em até 24 horas contadas do evento.
 - 3.1.14.3. Caso o comunicado mencione direta ou indiretamente a **INB**, sua divulgação dependerá de prévia anuência desta.
- 3.1.15. Não fazer uso do nome **INB**, da marca **INB**, da expressão “a serviço da **INB**” ou expressões similares, em especial em uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da **CONTRATADA**.
- 3.1.16. Emitir apólices e endossos nos prazos definidos pela fiscalização de **INB**, de forma a permitir a apresentação tempestiva da garantia nos processos judiciais, de acordo com as determinações expedidas pelo juízo competente.
- 3.1.17. A **CONTRATADA** deverá emitir e/ou disponibilização para a **INB**, por meio físico ou remoto, a apólice, apólice de averbação, do endosso e do certificado individual em até 15 (quinze dias) a partir da data de aceitação da proposta.
- 3.1.18. Indenizar o segurado no prazo estipulado pelo juízo;
- 3.1.19. Confeccionar ou desenvolver clausulados específicos e relacionados à modalidade do seguro garantia judicial, de acordo com as características e a legislação específica do objeto contratual, as obrigações garantidas e as exigências e condições estabelecidas pela **INB** no termo de referência e nas condições comerciais.
- 3.1.20. Assegurar a cobertura contratada durante a vigência da apólice.
- 3.1.21. Arcar integralmente com os custos de emissão das apólices.
- 3.1.22. Transferir para **INB**, a qualquer tempo, as vantagens auferidas com benefícios fiscais, isenções e/ou redução dos impostos incidentes sobre os seguros contratados.
- 3.1.23. Permanecer, durante toda a vigência do instrumento contratual, em situação regular junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), visto se tratar de exigência sine qua non para aceitação das garantias nos processos judiciais.
- 3.1.24. Comunicar formalmente a fiscalização do contrato, a data de término de vigência de cada uma das apólices expedidas no âmbito deste instrumento contratual, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias correspondente extinção, em estrita consonância com o inciso III, do art. 9º, da Circular SUSEP nº 662/2022.
- 3.1.25. Fornecer à SUSEP quaisquer informações solicitadas, nos prazos por ela estabelecidos.
- 3.1.26. Promover alterações na apólice somente mediante solicitação formal da fiscalização do contrato.
- 3.1.27. Em casos de consórcio (cosseguro), a empresa responsável pela administração do consórcio deverá encaminhar à contratante os seguintes documentos:



- I. Cópia das notas fiscais, das faturas ou dos recibos de prestação de serviços das consorciadas com o destaque da retenção correspondente;
 - II. Cópia das GFIP, elaboradas pelas consorciadas com o seu CNPJ identificador, onde conste no campo "CNPJ/CNO do tomador/obra", o CNPJ do consórcio ou a matrícula CNO da obra e, no campo "Denominação social do tomador/obra", a denominação social do consórcio ou o nome da obra contratada; e
 - III. Relação de empresas consorciadas, com os seguintes dados:
 - a) Razão social da consorciada;
 - b) Identificador CNPJ da consorciada;
 - c) Participação da consorciada de acordo com os atos constitutivos do consórcio;
 - d) Relatório, por competência, de notas fiscais, faturas ou recibos, emitidos por consorciada, do qual constem o número e o valor do documento.
- 3.1.28. Adotar, na execução do Contrato, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços.
- 3.1.29. Manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, especialmente com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação / no processo de contratação direta que deu origem ao presente Contrato, comprovando-as sempre que solicitado pela **INB** e comunicando à **INB** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 3.2. A **CONTRATADA** fica ciente que a **INB** possui Código de Ética, Conduta e Integridade próprio, cujas disposições deverão ser observadas, naquilo que for pertinente, ao longo da execução do presente Contrato, por todos os seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, e cujo texto encontra-se disponível, na forma eletrônica, na página da **INB** na internet (www.inb.gov.br).
- 3.3. A **CONTRATADA** compromete-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos, obrigando-se a:
- 3.3.1. Impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da **INB** na execução do objeto do presente Contrato;
- 3.3.2. Não alocar, na execução do objeto contratual, familiares de empregado da **INB** que exerça cargo em comissão ou função de confiança, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 7º do Decreto 7.203 de 2010;
- 3.4. A **CONTRATADA** declara que está ciente e cumpre integralmente, na condução de suas atividades empresariais, todas as disposições do Programa de Integridade da **INB**, bem como a legislação anticorrupção a ela aplicável, em especial, mas sem limitar, a Lei n.º 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015, e qualquer outra legislação antissuborno ou anticorrupção aplicável à **CONTRATADA**, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **CONTRATANTE**, abstendo-se a **CONTRATADA** de qualquer atividade que constitua uma violação a tais dispositivos.
- 3.5. Verificada uma das situações mencionadas no item 3.3 acima, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à **INB**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Cláusula 4ª – Obrigações da INB

- 4.1. São obrigações da **INB**, além de outras constantes deste Contrato, seus Anexos ou da legislação em vigor, especialmente a Lei nº 13.303/2016:
- 4.1.1. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços efetivamente



prestados, medidos e faturados, em conformidade com os preços e prazos ajustados neste Contrato, bem como estabelecer os locais, dias e horários da prestação dos serviços.

- 4.1.2. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre eventuais vícios, falhas, defeitos, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços, fixando prazo e condições para as devidas correções.
- 4.1.3. Prestar informações e esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto do Contrato pela **CONTRATADA**.
- 4.1.4. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre (i) a abertura de procedimento administrativo para apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa, e (ii) a aplicação de eventual penalidade nos termos deste Contrato.
- 4.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato e da proposta da **CONTRATADA** mencionada no item 1.2.2, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 4.1.6. Pagar os prêmios das apólices de seguro e respectivas averbações.
- 4.1.7. Enviar à **CONTRATADA**, sempre que solicitado, informações de caráter econômico-financeiro, cadastral, fiscal e trabalhista, assim como informações sobre o cumprimento das obrigações garantidas.
- 4.1.8. Apresentar informações exatas à **CONTRATADA** ao solicitar o seguro, em quaisquer omissões sobre a obrigação passível de ser garantida.
- 4.1.9. Informar previamente à **CONTRATADA** sobre qualquer alteração no seu controle acionário.
- 4.1.10. Comunicar, de imediato, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sobre quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto aos seguros contratados.
- 4.1.11. Fornecer à SUSEP quaisquer informações solicitadas, nos prazos por ela estabelecidos.

Cláusula 5ª – Preços

- 5.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, a **INB** pagará o[s] preço[s] unitário[s] previsto[s] no Anexo II – Planilha de Preços, e observado o disposto na Cláusula 8ª – Condições de Pagamento.
- 5.2. O preço acima mencionado tem como base o mês de ____/____ e será reajustado conforme Cláusula 6ª – Reajuste de Preços.
- 5.3. No preço acima estão inclusos todas as despesas e custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, contribuições fiscais e parafiscais, seguros, garantia, insumos, materiais, frete, deslocamento de pessoal, embalagem, além de quaisquer outros necessários à perfeita e completa execução do serviço objeto deste Contrato.
- 5.4. Caso a **INB** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida qualquer indenização à **CONTRATADA**.

Cláusula 6ª – Reajuste de Preços

- 6.1. O percentual da taxa ofertada será fixo e irreajustável.
- 6.2. Para compatibilizar o valor do LMG inicialmente estabelecido aos índices legais aplicados aos débitos nas esferas cível, inclusive em processos de natureza ambiental, e trabalhista, assim como evitar o encolhimento do contrato e, por conseguinte, a capacidade garantidora da **INB** para fazer frente às atualizações dos valores da importância segurada determinados pelos tribunais, necessário se faz a previsão de reajuste do LMG a cada 12 (doze) meses, nos termos



da legislação vigente.

- 6.3. Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 141.209.170,05 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e nove mil, cento e setenta reais e cinco centavos).
- 6.4. Para fazer frente aos índices aplicáveis aos débitos judiciais, o LMG será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA após o decurso do prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta comercial.
- 6.5. Ocorrendo a extinção, suspensão ou alteração das bases de cálculo do índice estabelecido para o reajustamento, ou ainda, em decorrência da impossibilidade de sua utilização, será adotado outro índice em substituição, a ser determinado pela legislação em vigor ou, em caso de indefinição, mediante indicação da GEACS.F.
- 6.6. Os reajustes subsequentes só poderão ser celebrados 12 (doze) meses após o último reajuste.

Cláusula 7ª – Condições de Faturamento

- 7.1. A **CONTRATADA** emitirá os documentos de cobrança referentes a este Contrato, com base nos preços apresentados na Cláusula 5ª – Preços e após a conclusão do(s) seguinte(s) evento(s) de faturamento:
 - 7.1.1. Emissão da apólice ou endosso, devidamente requeridos pela fiscalização do contrato.
- 7.2. Os documentos de cobrança não terão validade se emitidos antes da ocorrência dos eventos que autorizam o seu faturamento.
- 7.3. No caso de prestação de serviços, as Notas Fiscais poderão ser eletrônicas ou em papel, de acordo com a legislação do Município da **CONTRATADA**. Caso seja eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail nfe@inb.gov.br (e-mail exclusivo para fins fiscais) e geacs@inb.gov.br.
 - 7.3.1. O imposto sobre serviços (ISS) poderá ser retido e recolhido para o município onde o serviço está sendo executado, conforme determina a legislação local.
- 7.4. Caso ocorram operações que envolvam CIRCULAÇÃO ou FORNECIMENTO DE MERCADORIAS, as Notas Fiscais a serem apresentadas deverão ser do tipo Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme determina o protocolo ICMS nº 42, de 03/07/2009, e as alterações introduzidas pelo protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010.
 - 7.4.1. Os arquivos XML e demais documentos, inclusive os indicados no item 7.11.2, deverão ser encaminhados para o e-mail: nfe@inb.gov.br (e-mail exclusivo para fins fiscais) e geacs@inb.gov.br (e-mail da área requisitante)
- 7.5. A emissão dos documentos fiscais deverá obedecer à legislação aplicável (Regulamentos do IPI, ICMS, ISS, entre outros), em consonância com o tipo de serviço executado.
- 7.6. Caso os documentos emitidos não atendam às legislações específicas, o pagamento ficará suspenso até que seja regularizada a situação fiscal, seja ela cadastral ou documental.
- 7.7. Em nenhuma hipótese poderá ser faturado valor correspondente a serviços não executados. Ocorrendo o disposto neste item, a **INB** poderá glosar da respectiva fatura apresentada pela **CONTRATADA** o valor correspondente ao serviço não executado efetivamente.
- 7.8. A glosa prevista no item 7.7 acima será efetuada pela **INB**, com base nos valores atualizados em conformidade com a Cláusula 5ª - Preços.
- 7.9. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura não constitui aceitação do(s) serviço(s) correspondente quanto à sua adequação, qualidade técnica ou atendimento às especificações constante do Termo de Referência – Anexo I ao Contrato, mas simplesmente certificação de sua execução.
- 7.10. As Notas Fiscais/Faturas deverão mencionar expressamente o número deste Contrato, o número da conta bancária, da agência, cidade e estado e o nome do banco com o qual a **CONTRATADA** opera.
 - 7.10.1. A falta das informações solicitadas no item anterior nos documentos de cobrança



poderá acarretar atraso no pagamento.

7.10.2. Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

7.10.2.1. Certidões de regularidade fiscal, exigidas na fase de habilitação;

7.10.2.2. Comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;

7.10.2.3. Em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;

7.10.2.4. Demais documentos solicitados pelo Fiscal do Contrato, necessários ao pagamento.

7.11. As duplicatas emitidas em decorrência do presente Contrato não poderão ser descontadas em instituições bancárias, ou objeto de cessão de direitos, exceto quando autorizado previamente e por escrito pela **INB**.

7.12. Os dados para a emissão da Nota Fiscal/Fatura são os seguintes:

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB

Avenida Rio Branco, nº 1 – sala 1901 – Centro

Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.090-003 CNPJ: 00.322.818/000120

I.E. Sem Inscr. I.M: 0019824-2

Cláusula 8ª – Condições de Pagamento

8.1. Os pagamentos dos prêmios correspondentes ocorrerão no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de emissão da apólice ou endosso pela seguradora, desde que aceitos pelo juízo competente e certificados pela fiscalização do contrato.

8.2. Na hipótese de ocorrência de erro, dúvida ou omissão quanto aos documentos de cobrança, a **INB** poderá, a seu exclusivo critério, pagar a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução da pendência.

8.3. Caso sejam encontrados, a qualquer tempo, erro ou omissões em recibos e/ou faturas cujo pagamento já tenha sido efetuado, as Partes poderão promover as correções necessárias, com o consequente acerto de contas em documentos de cobrança/pagamentos subsequentes.

8.4. O pagamento será efetuado pela **INB** através de ordem de crédito diretamente na conta corrente da **CONTRATADA** e estará sujeito às retenções tributárias nos termos da legislação em vigor e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

8.5. Caso, por razões que não possam ser imputadas à **CONTRATADA**, a **INB** não cumpra o prazo estabelecido no item 8.1 acima, para pagamento das respectivas faturas, a mesma utilizará como critério de Atualização Financeira a variação da TR (Taxa Referencial) “pro-rata-die”, apurados desde a data do seu inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

8.6. Conforme determina o artigo 34 da Lei nº 10.833/03 (ou a legislação vigente à época), as notas fiscais/faturas emitidas por pessoas jurídicas e empresas não enquadradas no SIMPLES sofrerão retenção relativa à antecipação de valores devidos a título de Imposto de Renda, CSSL, COFINS e PIS, com percentuais estabelecidos de acordo com a natureza da mercadoria adquirida, que serão recolhidos ao Tesouro Nacional pela **INB**, no prazo previsto na legislação vigente.

8.6.1. Para fins do cumprimento do Art.34 da Lei 10.833/2003 e Art.2º, §6 da IN RFB 1234/2012, a **CONTRATADA** deverá informar nos documentos fiscais e/ou de cobrança, o valor do IR e das contribuições sociais a serem retidos na operação. Caso a **CONTRATADA** se enquadre nas hipóteses de não retenção previstas no Art.4º da IN RFB 1234/2012, será obrigatório o envio das declarações citadas no Art.6º da IN RFB 1234/2012.



- 8.6.2. Conforme determina o artigo 126 da IN RFB 971/2009 (ou a legislação vigente à época), a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção previdenciária no momento da emissão da nota fiscal, obedecendo as regras contidas na legislação pertinente.
- 8.7. A **INB**, após o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**, poderá deduzir do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

Cláusula 9ª – Alterações Contratuais

- 9.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, mediante a celebração de Aditamento, fundamentadamente, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, nas hipóteses previstas nos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/16.
- 9.1.1. Em qualquer hipótese não poderá haver modificação da essência do objeto do Contrato.
- 9.2. Na hipótese de acréscimo ou redução do fornecimento previsto neste Contrato, por acordo entre as Partes, o novo valor global que deverá vigorar em decorrência dessas alterações será obtido mediante a multiplicação do novo quantitativo pelo valor unitário estabelecido na Clausula 5ª - Preços.

Cláusula 10ª – Sanções

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, de acordo com a gravidade do ato praticado, a **INB** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
- 10.1.1. Advertência, cabível sempre que o ato praticado ou omissão não tenha acarretado danos à **INB**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não seja justificada a imposição de penalidade mais gravosa;
- 10.1.2. Multa, cabível na forma do item 10.2;
- 10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **INB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sempre que a ação ou omissão da **CONTRATADA** tenha potencialidade de causar ou tenha causado danos à **INB**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não seja justificada a imposição de penalidade menos gravosa.
- 10.2. Caso a **CONTRATADA** descumpra o estabelecido neste Contrato, especialmente as condições previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, ficará sujeita à multa de 0,15% (quinze centésimos por cento) do valor total atualizado do Contrato, por dia e por evento, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total atualizado do Contrato, inclusive aditamentos.
- 10.3. A **CONTRATADA** será notificada da aplicação da multa, a qual será descontada do(s) pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) à **CONTRATADA**.
- 10.3.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal a ser realizada pela **INB**, reservando-se a **INB** o direito de realizar a cobrança judicial.
- 10.4. Independentemente da aplicação da multa, a **CONTRATADA** permanecerá responsável por danos causados diretamente a terceiros ou à **INB**, independentemente da comprovação de culpa ou dolo, na execução dos serviços. Não serão aceitas como justificativas de atraso da **CONTRATADA** alegações de atrasos por parte de eventuais subcontratadas, exceto quando comprovadamente resultante de casos fortuitos ou de força maior.
- 10.5. A multa prevista no item 10.2 não impede que a **INB** rescinda o Contrato e aplique outras sanções previstas neste Contrato.
- 10.6. As sanções previstas nos itens 10.1.1 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 10.1.2, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.



- 10.7. No caso de atos lesivos à Administração Pública observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.
- 10.8. Na rescisão contratual por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, será aplicada multa nos termos do item 16.4 deste Contrato.

Cláusula 11ª – Caso Fortuito e/ou Força Maior

- 11.1. As Partes não responderão pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil.
- 11.2. Nos casos fortuitos ou de força maior que afetem o cumprimento de qualquer obrigação contratual, a Parte afetada deverá comunicar a ocorrência à outra Parte, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas contados da identificação do evento causador, submetendo relatório sobre a ocorrência do evento, com as necessárias provas e medidas a serem tomadas para apreciação da outra Parte.
- 11.3. O período de interrupção da execução contratual decorrente de evento(s) caracterizado(s) como caso fortuito ou força maior, desde que verificado(s) e aceito(s) pela **INB**, poderá acarretar a suspensão da contagem do prazo contratual.
- 11.4. Durante o período em que verificado o evento caracterizador de caso fortuito ou força maior, as Partes suportarão as suas respectivas perdas.

Cláusula 12ª – Representante da Contratada

- 12.1. A **CONTRATADA** deverá designar, por escrito, um representante perante a **INB**, responsável pela execução do objeto deste Contrato.
- 12.2. Este representante deverá ter plenos poderes para resolver as questões concernentes à execução do objeto deste Contrato e, ao final do Contrato, será responsável por assinar o “Termo de Encerramento” do objeto contratado.
- 12.3. O representante da **CONTRATADA** terá como substituto em seus impedimentos ocasionais, um dos seus auxiliares diretos, igualmente credenciado perante a **INB**, por escrito. Este substituto deverá ter autonomia, concedida pela **CONTRATADA**, no mesmo nível do representante titular durante sua ausência.

Cláusula 13ª – Representante da INB e Fiscalização do Contrato

- 13.1. A **INB** deverá designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, denominado Fiscal do Contrato.
- 13.2. O representante da **INB** terá substituto, igualmente credenciado, para atuar em eventuais impedimentos do titular, sendo os mesmos, em conjunto com a unidade administrativa da **INB** responsável pela gestão de Contratos, os únicos autorizados a emitir instruções no âmbito deste Contrato, não se responsabilizando a **INB**, por qualquer ordem e/ou instruções emitidas por outra pessoa, que não designada na forma desta Cláusula.
- 13.3. A **CONTRATADA** deverá permitir e facilitar a fiscalização dos serviços, por parte de representante autorizado da **INB**, que terá as seguintes atribuições:
 - 13.3.1. Acordar com a **CONTRATADA** as soluções mais convenientes ao bom andamento dos serviços, fornecendo à mesma todas as informações solicitadas;
 - 13.3.2. Ordenar a imediata retirada do empregado da **CONTRATADA** que embargar ou dificultar a sua ação fiscalizadora, ou cuja permanência no local da prestação dos serviços seja julgada inconveniente pela Fiscalização;
 - 13.3.3. Determinar a prioridade dos serviços, o controle das condições de trabalho, e todas as questões técnicas e administrativas;
 - 13.3.4. Praticar quaisquer atos, no âmbito operacional deste Contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito da **INB**;
 - 13.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do



contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

Cláusula 14ª – Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia

- 14.1. A **CONTRATADA**, em nenhuma hipótese, poderá subcontratar, ceder e/ou transferir a terceiros este Contrato ou quaisquer de seus direitos e/ou obrigações nele previsto, exceto mediante prévia e expressa autorização da **INB**.
- 14.2. A eventual solicitação para subcontratação deverá ser acompanhada de justificativa e da minuta de Contrato a ser firmado com a subcontratada.
- 14.3. Não haverá qualquer vínculo entre a **INB** e eventuais subcontratados, permanecendo a **CONTRATADA** como a total e exclusiva responsável pelo cumprimento de todas as obrigações por ela assumidas neste Contrato, bem como por quaisquer atos de seus subcontratados.
- 14.4. A **CONTRATADA** não poderá ainda se valer deste Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos, a serem auferidos em função da execução do fornecimento, em quaisquer operações de desconto bancário, a não ser que expressa e previamente autorizada pela **INB**.
- 14.5. A eventual contratação de reguladores de sinistros, inspetores, advogados, peritos, entre outros profissionais, não configura, em nenhuma hipótese, subcontratação do objeto, podendo a entidade seguradora fazer uso desses serviços, a seu exclusivo critério, para atender sua demanda operacional.

Cláusula 15ª – Inadimplemento da Contratada

- 15.1. A **CONTRATADA** será considerada inadimplente, independentemente de interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:
- 15.1.1. Inobservância das especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, ou recomendações técnicas e/ou administrativas da **INB**;
- 15.1.2. Interrupção dos serviços por 02 (dois) dias consecutivos ou não, por mês de execução do Contrato.
- 15.1.3. Atraso superior a 03 (três) dias no atendimento às determinações da Fiscalização.
- 15.1.4. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, especificações, condições, projetos ou prazos, pela **CONTRATADA**;
- 15.1.5. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, pela **CONTRATADA**;
- 15.1.6. Lentidão no cumprimento do Contrato pela **CONTRATADA**, levando a **INB** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento no prazo estipulado;
- 15.1.7. Atraso injustificado no início do serviço;
- 15.1.8. Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à **INB**;
- 15.1.9. Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Contrato e autorizada pela **INB**, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a execução do Contrato;
- 15.1.10. Não atendimento das determinações regulares do fiscal da **INB** designado para



acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;

- 15.1.11. Cometimento reiterado de faltas pela **CONTRATADA** na execução do Contrato, anotadas em registro próprio;
- 15.2. Greves ou quaisquer outras interrupções por parte dos empregados da **CONTRATADA** não poderão servir de justificativa para interrupção total ou parcial da execução do objeto contratual. Em caso da ocorrência deste fato ou de fatos semelhantes, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, a exclusivo critério da **INB**, às sanções previstas na Cláusula 10ª – Sanções ou na Cláusula 16ª – Rescisão deste Contrato.

Cláusula 16ª – Rescisão

- 16.1. Sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste Contrato, a **INB** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial, em caso de inadimplemento da **CONTRATADA**, conforme previsto na Cláusula 15ª – Inadimplemento da Contratada, bem como nos seguintes casos:
- 16.1.1. A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- 16.1.2. Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**, se esta não prestar garantia suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, a critério da **INB**;
- 16.1.3. Dissolução da sociedade ou a falência da **CONTRATADA**;
- 16.1.4. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
- 16.1.5. Na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** em processo de contratação ou por ocasião da execução do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na referida lei.
- 16.1.6. Razões de interesse da **INB**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas em processo administrativo.
- 16.1.7. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente demonstrada, impeditiva da execução do Contrato;
- 16.1.8. Descumprimento pela **CONTRATADA** de disposição do Programa de Integridade da **INB**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no referido programa.
- 16.2. A **CONTRATADA** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:
- 16.2.1. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, pela **INB**, ressalvado o disposto no item 16.2.2;
- 16.2.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **INB**, decorrentes de serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outros comprovados casos fortuitos ou de força maior, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, na forma da Cláusula 11 - Caso Fortuito e/ou Força Maior deste Contrato.
- 16.2.3. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 16.3. A rescisão unilateral do Contrato deverá ser formalmente motivada e precedida de notificação da intenção de rescindir à outra Parte, para o exercício do contraditório e da ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
- 16.4. Em caso de rescisão do Contrato pela **INB** por inadimplemento da **CONTRATADA**, ficará a **CONTRATADA** obrigada ao pagamento de quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, independentemente dos pagamentos de multas moratórias



eventualmente já efetuados, descontados ou devidos.

- 16.5. A rescisão pela **INB** fundamentada em inadimplemento da **CONTRATADA** ou nos subitens 16.1.1 a 16.1.5 acarretará a(s) seguinte(s) consequência(s) imediata(s) para fins indenizatórios:
- 16.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da **INB** e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, se houver.
- 16.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **INB**.
- 16.6. Quando a rescisão ocorrer por motivo não imputável à **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito:
- 16.6.1. À devolução da garantia contratual, desde que cumpridas todas as obrigações pela **CONTRATADA**;
- 16.6.2. Aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.
- 16.7. Na hipótese do item 16.6, nenhuma outra indenização será devida pela **INB** à **CONTRATADA** em virtude da rescisão.
- 16.8. No caso de rescisão do Contrato, ficará a **INB** obrigada exclusivamente ao pagamento do preço integral do serviço já efetuado e não faturado e daquele que, por mútuo acordo entre as Partes, deva ser realizado até a data de encerramento das atividades.
- 16.9. O presente Contrato também poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por determinação judicial.

Cláusula 17ª – Termo de Encerramento

- 17.1. Após a conclusão total dos serviços objeto deste Contrato, tendo-se verificado o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais e o atendimento a todas as solicitações da **INB**, necessárias à perfeita execução do Contrato, a **INB** emitirá, através de seu Representante, um Termo de Encerramento do Contrato em até 15 (quinze) dias após o prazo previsto na Cláusula 22 – Item 22.2 – Prazo de Vigência do Contrato.
- 17.2. A assinatura do Termo de Encerramento não isenta a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pela **INB**, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não tiver sido estipulado neste Contrato.

Cláusula 18ª – Garantia

- 18.1. A **CONTRATADA** garante a qualidade dos serviços e a sua perfeita adequação ao Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste Contrato.
- 18.2. Caso os serviços deixem de atender aos requisitos previstos no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, a **INB** poderá rejeitá-lo e exigir da **CONTRATADA** que o serviço seja refeito, sem quaisquer ônus para a **INB**.
- 18.3. Se a **CONTRATADA** negligenciar ou recusar-se a refazer o(s) serviço(s) inadequado(s), a **INB** poderá tomar tais providências, deduzindo os custos de quaisquer créditos da **CONTRATADA** relativos ao presente Contrato.

Cláusula 19ª – Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

- 19.1. A **INB** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas neste Contrato, respeitando-se o seguinte:
- 19.1.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da **INB** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**. Neste último caso, a **CONTRATADA** deverá formular



à **INB** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

- 19.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido da revisão;
- 19.1.3. Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Cláusula 20ª – Responsabilidade das Partes

- 20.1. A **CONTRATADA** será responsável pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, podendo a **INB** exigir a substituição de qualquer empregado cuja permanência na execução do objeto deste Contrato seja considerada contrária aos seus interesses.
- 20.2. A **CONTRATADA** será a única responsável pela integridade dos bens postos à sua disposição pela **INB**, para execução do objeto deste Contrato, respondendo por eventuais prejuízos causados à **INB**, seu pessoal e terceiros atingidos, diretamente, independentemente da caracterização do dolo ou culpa, na forma do art. 76 da Lei nº 13.303/16.
- 20.3. A **CONTRATADA** procederá à reparação de tais danos ou prejuízos, ficando a **INB** autorizada a descontar de quaisquer créditos da **CONTRATADA** a importância necessária ao seu ressarcimento.
- 20.4. Fica acordado entre as Partes que, na incidência de dano direto apontado, causado pela **CONTRATADA** à **INB** ou a terceiros, a **CONTRATADA** se compromete a indenizar à **INB** pelo valor do dano direto causado até o limite do valor total do contrato atualizado.

Cláusula 21ª – Proteção de Dados Pessoais

- 21.1. A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula no tocante à Política de Privacidade de Dados da **INB**, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e ao tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 21.2. Em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados celebrados estrita e necessariamente para a execução do CONTRATO.
- 21.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão as contratações, e para utilização de acordo com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados de forma clara ao titular.
- 21.4. As coletas de dados pessoais indispensáveis à execução do contrato serão realizadas mediante prévia e específica aprovação ou explicitadas de forma destacada em contrato pela **INB**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares de acordo com os preceitos da LGPD, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução específica do objeto do contrato.
 - 21.4.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que a **INB** será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes expressas no item 21.4.
 - 21.4.2. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em local seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e



adequado controle de acesso baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

- 21.5. As Partes são solidariamente responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação, nos termos da Legislação vigente, mas a **INB** garante, no âmbito deste CONTRATO, o seu direito de regresso contra a **CONTRATADA**, caso fique comprovado não ter sido ela a dar causa ao evento.
- 21.6. Quaisquer incidentes de segurança, que exponham ou tenham o potencial de expor o ambiente onde se encontram hospedados dados pessoais deverão ser imediatamente comunicados pela **CONTRATADA** à **INB**, mesmo que se trate de meros indícios, guardando todos os registros (inclusive logs, metadados e outras evidências dos incidentes) e informando as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, bem como prestando toda a colaboração e fornecendo toda a documentação necessária a qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.
- 21.7. A **CONTRATADA** não fornecerá, transferirá ou disponibilizará dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas e/ou previstas em contrato, por obrigação legal ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando a **INB** dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a **CONTRATADA** estará dispensada da comunicação à **INB**.
- 21.8. As Partes obrigam-se ainda:
- 21.8.1. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins a que se destinam mantendo-os registrados, organizados e conservados.
- 21.8.2. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas.
- 21.8.3. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano.
- 21.8.4. Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade.
- 21.8.5. Implementar medidas técnicas e administrativa necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição – acidental ou intencionalmente – não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
- 21.8.6. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição, portabilidade e demais direitos oriundos da LGPD.
- 21.8.7. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.
- 21.8.8. Informar à **INB** todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados em razão do presente Contrato.
- 21.8.9. Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente Contrato



imediatamente após findos os seus efeitos e obrigações, a critério exclusivo da **INB**, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido.

- 21.8.10. Permitir e adotar meios para que a **INB** verifique a conformidade das práticas adotadas referente à proteção de dados pessoais, comprometendo-se a cooperar na hipótese de necessidade de realização do relatório de impacto de proteção de dados pessoais.

Cláusula 22ª – Prazo de Vigência do Contrato

- 22.1. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com término ao final do prazo previsto no item 22.2. O término da vigência não suspende quaisquer obrigações que a **CONTRATADA** venha a apresentar pendentes até esta data.
- 22.2. O prazo de execução do objeto deste Contrato será de até 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Contrato.
- 22.2.1. Caso haja interesse da **INB**, o Contrato poderá ser prorrogado por até 04 (quatro) novos períodos iguais e consecutivos de 12 (doze) meses cada.
- 22.2.2. Neste caso a **CONTRATADA** será notificada com antecedência de 150 (cento e cinquenta) dias do término do respectivo período.
- 22.2.3. Independentemente da notificação, caso a **CONTRATADA** não tenha interesse em prorrogar o prazo previsto no item 22.2.1, tal fato deverá ser comunicado à **INB** com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do término do prazo do Contrato.
- 22.3. Ao prazo mencionado no item 22.2, serão acrescentados os dias de atraso decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, conforme Cláusula 11ª – Caso Fortuito e/ou Força Maior.
- 22.4. Excepcionalmente, o prazo estabelecido no item 22.2 poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto contratual, desde que a prorrogação decorra de fato não imputável à **CONTRATADA**, devidamente comprovado em processo administrativo e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Cláusula 23ª – Tributos

- 23.1. Os tributos de qualquer natureza, que sejam devidos em decorrência direta do objeto deste Contrato são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro na sua avaliação.
- 23.2. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta deste instrumento contratual aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela **CONTRATADA**, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.
- 23.3. A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre o serviço, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 23.4. A **CONTRATADA** se compromete a reduzir imediatamente o preço contratual em virtude do acréscimo indevido de valores correspondentes a tributos de qualquer natureza, o que abarca os valores decorrentes de classificação inadequada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), do não aproveitamento de benefícios fiscais, da não realização de deduções ou do aproveitamento de créditos autorizados por lei, com a consequente restituição ou compensação à **INB** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**, atualizados exclusivamente com base na Taxa SELIC, considerando o período compreendido entre o dia do pagamento efetuado à **CONTRATADA** e o dia anterior ao da restituição ou compensação de que trata esta Cláusula.
- 23.5. A **INB**, quando fonte retentora, descontará e recolherá dos pagamentos que efetuar, nos prazos da legislação, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente, não tendo a **CONTRATADA** direito à majoração da base de cálculo nem à revisão de preço.



- 23.5.1. A **CONTRATADA** fornecerá previamente todos os documentos necessários para a eventual redução ou eliminação da retenção a ser efetuada pela **INB**, sem necessidade de notificação ou aviso prévio.
- 23.6. Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da **CONTRATADA**, o preço será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.
- 23.6.1. A revisão prevista no item 23.6, para majorar o preço contratual, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de: (i) decisão da **CONTRATADA**, tais como a modificação do estabelecimento do fornecedor, a adesão ou exclusão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou (ii) ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já existente quando da apresentação da proposta.
- 23.6.2. A **CONTRATADA** disponibilizará todos os documentos necessários para evitar os ônus decorrentes da responsabilidade solidária da **INB**, prevista em lei, inclusive os relativos aos seus subfornecedores e subcontratadas, sem necessidade de notificação ou aviso prévio, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos em relação aos quais se aplicam a responsabilidade solidária prevista na legislação.
- 23.7. O preço será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que componha o preço contratual deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

Cláusula 24ª – Novação

- 24.1. O não exercício, pela **INB**, de qualquer de seus direitos contratuais ou legais representará ato de mera tolerância e não implicará em novação quanto aos seus termos, nem em renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser por ela exercidos a qualquer tempo.

Cláusula 25ª – Anticorrupção

- 25.1. Na execução do presente Contrato é vedado às Indústrias Nucleares do Brasil S.A.- **INB** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem ser que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

Cláusula 26ª – Valor do Contrato

- 26.1. O presente Contrato tem seu valor global, para todos os efeitos legais e contratuais, em R\$ [_____] (_____), base ____/____.

Cláusula 27ª – Foro

- 27.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, desistindo as partes de qualquer outro, por



mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam as Partes o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro,

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de seguro garantia judicial destinado a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir valores efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide, de acordo com as condições e características estabelecidas no presente termo de referência e nas condições comerciais.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1 Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de seguro garantia.
- 2.2 Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de seguro-garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.
- 2.3 Indenização: pagamento, por parte da seguradora, das obrigações cobertas pelo seguro, a partir da caracterização do sinistro.
- 2.4 Prêmio: importância devida pela INB à seguradora em função da cobertura do seguro e que deverá constar na apólice.
- 2.5 Resseguro: operação de transferência de riscos da seguradora, com vistas a sua própria proteção, para um ou mais resseguradores.
- 2.6 Segurado: o reclamante ou o exequente nas ações.
- 2.7 Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante os órgãos da justiça.
- 2.8 Sinistro: o inadimplemento das obrigações da INB cobertas pelo seguro ou a determinação judicial para recolhimento dos valores correspondentes à apólice.
- 2.9 Tomador: devedor das obrigações que deve prestar garantia no processo judicial, in casu, a INB.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 Seguro garantia judicial

- 3.1.1 O seguro garantia judicial é regulamentado pela Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022 e empregado em processos judiciais para assegurar o recebimento por parte do vencedor e garantir as obrigações pecuniárias assumidas pela INB determinadas pelo juízo.
 - 3.1.1.1 No período de transição regulatória, compreendido entre 01/05/2022 e 01/01/2023, será permitida a emissão de apólices de seguro garantia judicial com base na Circular SUSEP nº 477/2013.
 - 3.1.1.2 A partir de 1º de janeiro de 2023, a seguradora não poderá comercializar novos contratos de seguro garantia em desacordo com as disposições da Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022.
- 3.1.2 O seguro será utilizado em substituição à penhora ou depósitos em espécie que a INB necessite realizar, quando acionada judicialmente, para que o processo prossiga conforme os trâmites legais.
- 3.1.3 Essa modalidade de seguro também será empregada para ações em andamento, como forma de substituir outros tipos de garantia que já tenham sido apresentadas pela INB no decurso processual.



3.1.4 No escopo da contratação **não está abrangido o seguro garantia para substituição dos depósitos recursais** que trata o art. 40 da Lei n.º 8.177/1991, com redação dada pelo art. 8º da Lei n.º 8.542/1992, tampouco os depósitos de que tratam o § 5º, inciso I, do art. 897 e o § 7º do art. 899, ambos da CLT, com a redação dada pela Lei n.º 12.275, de 29/6/2010.

3.2 Forma de contratação

3.2.1 A forma de contratação do seguro garantia será a de risco absoluto, na qual a seguradora responde integralmente pelo valor do sinistro, limitado ao valor da garantia (LMG), não se aplicando, em qualquer hipótese, cláusula de rateio.

3.3 Abrangência de cobertura

3.3.1 O seguro terá abrangência nacional.

3.4 Limite Máximo de Garantia (LMG)

3.4.1 A contratação contemplará a capacidade de R\$ 141.209.170,05 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e nove mil, cento e setenta reais e cinco centavos) para demandas judiciais nas esferas cível (incluindo processos ambientais) e trabalhista, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, entre outros.

3.4.2 A tabela abaixo contempla os valores das ações trabalhistas, cíveis e dos processos ambientais utilizados na definição do LMG.

Tipo de Ação/Processo	Valor
Ambiental	R\$ 30.284.342,02
Cível	R\$ 15.930.162,87
Trabalhista	R\$ 94.994.665,17
Valor em Risco (LMG)	R\$ 141.209.170,05

3.4.3 Os valores estimados e contemplados na tabela anterior não se configuram como sublimites.

3.4.4 Para constituição do LMG foram consideradas **apenas** as ações trabalhistas e cíveis, inclusive ambientais, classificadas quanto à **probabilidade de êxito como “Provável”**.

3.4.5 O limite contratado poderá ser utilizado até a totalidade, à medida que surgirem novas demandas em quaisquer das esferas judiciais contempladas no escopo dos serviços.

3.4.6 O seguro poderá ser empregado para novos processos judiciais e para ações em andamento, como forma de substituir outros tipos de garantia que já tenham sido apresentadas.

3.4.7 A contratação desse seguro conferirá direito à INB solicitar a emissão de quantidade ilimitada de apólices e averbações durante a vigência do contrato, até o LMG, que poderá ser utilizado à medida que surjam demandas judiciais para aporte de garantias.

3.4.8 Deverão ser geradas apólices individualizadas para cada processo, conforme determinado pela INB e na forma estabelecida pelo juízo competente.

3.4.9 A seguradora não terá direito a qualquer valor de prêmio além daqueles decorrentes das demandas efetivamente solicitadas formalmente pela fiscalização da INB.



- 3.4.10 O LMG deverá estar disponível em capacidade automática de resseguro da seguradora.
- 3.5 Franquia e participações obrigatórias
- 3.5.1 Não existirão franquias do valor segurado, tampouco participações do segurado.
- 3.6 Prazo de carência
- 3.6.1 Sem carência.
- 3.7 Apólices
- 3.7.1 Somente serão aceitas apólices eletrônicas, as quais deverão estar acompanhadas das respectivas certificações de suas autenticidades.
- 3.7.2 As apólices de seguro deverão ser emitidas em moeda nacional, acompanhadas do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice, definidas no instrumento contratual correspondente e pelo juízo competente.
- 3.7.3 Serão emitidas quantas apólices forem necessárias à INB, limitadas ao valor do LMG.
- 3.7.3.1 O valor de cada apólice ou endosso emitido será deduzido do LMG.
- 3.7.3.2 O início da vigência de cada apólice será a data respectiva emissão, após solicitação formal da fiscalização do contrato.
- 3.7.3.3 As apólices deverão vigorar mesmo em situações em que a INB não realize o pagamento do prêmio (art. 16, § 1º, da Circular SUSEP nº 662/2022).
- 3.7.4 No caso de a apólice não ser aceita como garantia nos processos em que for oferecida pela INB, ou em decorrência de outro justo motivo, a seguradora deverá efetuar seu cancelamento.
- 3.8 Prazo de entrega das apólices
- 3.8.1 As apólices deverão ser entregues para INB nos prazos definidos formalmente pela fiscalização do contrato e encaminhadas aos e-mails geacs@inb.gov.br, rafaelbraga@inb.gov.br, e izadoraferraz@inb.gov.br.
- 3.9 Atualização do valor das apólices
- 3.9.1 A atualização da importância segurada em cada apólice poderá ocorrer mediante solicitação do extrato da dívida atualizado, por parte da seguradora à INB, a fim de providenciar a emissão do correspondente endosso e a consequente cobrança de prêmio proporcional complementar, com vistas a promover eventuais atualizações dos valores porventura determinadas no respectivo processo.
- 3.9.2 A atualização dos valores das apólices também poderá ocorrer automaticamente, segundo os termos do § único, do art. 12, da Circular SUSEP nº 662/2022, para cumprimento das determinações exaradas nos autos dos respectivos processos judiciais, fazendo a seguradora, neste caso, jus ao pagamento de prêmio adicional proporcional ao montante acrescido.
- 3.9.3 O valor da garantia (apólice) deverá ser reajustado pelos mesmos índices de correção do débito garantido, a ser definido pelo juízo competente.
- 3.9.3.1 O prêmio adicional decorrente da atualização dos valores das apólices será calculado mediante aplicação da taxa pactuada em contrato sobre a diferença da importância segurada da apólice, a qual deverá constar expressamente no respectivo endosso.
- 3.9.4 Os endossos deverão ser emitidos até a extinção da apólice na respectiva seguradora, independente do vencimento da vigência do contrato original.



- 3.9.5 A previsão contratual de atualização da importância segurada de cada apólice tem por objetivo atender às exigências relacionadas à aceitação do seguro garantia por parte dos tribunais, especialmente aos termos do art. 884 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943), art. 3º, inciso I da do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16 de outubro de 2019, alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020 e da Orientação Jurisprudencial nº 59 da Seção de Dissídios Individuais, da Subseção II, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), atualizada pela Resolução TST nº 220/2017.

3.10 Extinção das apólices

- 3.10.1 De acordo com o art.26 da Circular SUSEP nº 662/2022, o seguro garantia judicial será extinto na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo da comunicação de sinistro, quando:
- 3.10.1.1 As obrigações garantidas forem definitivamente concluídas e houver manifestação expressa do segurado neste sentido;
 - 3.10.1.2 A INB e a seguradora expressamente acordarem, situação não aplicável nos processos de natureza trabalhista, haja vista as limitações impostas pela Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16 de outubro de 2019;
 - 3.10.1.3 O pagamento da indenização ao beneficiário atingir o valor da garantia;
 - 3.10.1.4 O objeto principal for extinto; ou
 - 3.10.1.5 Do término de vigência da apólice.
- 3.10.2 A extinção do seguro em decorrência das situações apresentada nos subitens 3.10.1.2 e 3.10.1.4 acima, o cálculo da restituição proporcional do prêmio será realizado pro rata temporis, ou seja, proporcionalmente ao período de duração da apólice em relação à vigência inicialmente pactuada.
- 3.10.3 Os valores da restituição do prêmio deverão ser recolhidos por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU), cuja responsabilidade pela emissão recai sobre a INB, ou ainda, mediante depósito em conta corrente a ser indicada pela fiscalização do contrato.

3.11 Informações mínimas na apólice

- 3.11.1 As apólices de seguro garantia emitidas deverão conter, em atendimento ao art. 30 da Circular SUSEP nº 662/2022, além das informações mínimas exigidas em normativo específico, informações sobre o objeto principal, que garanta sua identificação inequívoca, assim como as obrigações garantidas.
- 3.11.2 Afora isso e para atender ao disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16 de outubro de 2019, alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1 de 29 de maio de 2020 e na Orientação Jurisprudencial nº 59 da Seção de Dissídios Individuais, da Subseção II, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), atualizada pela Resolução TST nº 220/2017, deverão estar expressos nas cláusulas das apólices destinadas a fornecer garantia para as execuções trabalhistas o seguinte:
- 3.11.2.1 O valor segurado deverá ser igual ao montante original do débito executado com os encargos e os acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, assistenciais e periciais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos trabalhistas na data da realização do depósito, acrescido de, no mínimo, 30% (tinta por cento);



- 3.11.2.2 Previsão de atualização da indenização pelos índices legais aplicáveis aos débitos trabalhistas;
 - 3.11.2.3 Manutenção da vigência do seguro, mesmo quando a INB porventura não efetuar o pagamento dos prêmios nas datas convencionadas, com base no art. 16, §1º, da Circular SUSEP nº 662/2022 e em renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966;
 - 3.11.2.4 Referência ao número do processo judicial;
 - 3.11.2.5 Valor do prêmio;
 - 3.11.2.6 Vigência da apólice, que não poderá ser inferior a 03 (três) anos;
 - 3.11.2.7 Estabelecimento das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro nos termos do art. 9º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16 de outubro de 2019;
 - 3.11.2.8 Endereço atualizado da seguradora;
 - 3.11.2.9 Cláusula de renovação automática.
- 3.11.3 Além dos requisitos previstos nos subitens 3.11.2.1 a 3.11.2.9, a apólice não poderá conter cláusula de desobrigação decorrente de atos de responsabilidade exclusiva da INB, da seguradora ou de ambos, tampouco cláusula que permita sua rescisão, ainda que de forma bilateral.
- 3.11.4 Não serão aceitas apólices com cláusulas em desacordo com os termos do subitem 3.11.
- 3.12 Procedimento para emissão das apólices
 - 3.12.1 Poderão ser apresentados pela INB, conforme o caso e mediante solicitação da seguradora, os seguintes documentos, de forma a viabilizar a avaliação de risco e a emissão das apólices e respectivos endossos.
 - 3.12.2 Contencioso judicial cível, inclusive processos ambientais, e trabalhista:
 - (a) Petição inicial;
 - (b) Contestação;
 - (c) Sentenças;
 - (d) Acórdão;
 - (e) Recursos;
 - (f) Mandados de citação e penhora;
 - (g) Todas as peças que compõem o processo judicial.
 - 3.12.3 A seguradora poderá solicitar documentos adicionais e indispensáveis para a emissão da apólice e que não estejam elencados no subitem 3.12.2, mediante notificação formal à fiscalização do contrato.
- 3.13 Concorrência de apólices:
 - 3.13.1 É vedada a utilização de mais de um seguro garantia para cobrir a mesma obrigação do objeto principal, salvo no caso de apólices complementares.
- 3.14 Resseguro
 - 3.14.1 Fica facultado à seguradora, a seu exclusivo critério, a transferência do risco total ou parcial à ressegurador, o qual deverá ser apresentado conjuntamente com cada apólice expedida.
- 3.15 Sinistros



- 3.15.1 Caso a seguradora receba qualquer comunicação de sinistro, deve enviar imediatamente à INB, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis e de forma a evitar o pagamento pela seguradora.
- 3.15.2 A INB informará a seguradora sobre todas as providências e do prazo estimado para a resolução da questão, inclusive sobre pagamentos decorrentes da decisão judicial.
- 3.15.3 Fica caracterizada a ocorrência de sinistro, gerando a obrigação de pagamento de indenização pela seguradora, o recebimento pela seguradora, do aviso formal de sinistro expedido pelo Juízo, determinando pagamento da importância segurada, nas seguintes situações:
 - 3.15.3.1 O não pagamento pela INB do valor executado, quando determinado pelo juízo, independentemente do trânsito em julgado ou de qualquer outra ação judicial em curso na qual se discuta o débito, após o recebimento dos embargos à execução ou da apelação, sem efeito suspensivo.
 - 3.15.3.2 O não cumprimento da obrigação de, até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da apólice, a INB renovar o seguro garantia ou apresentar nova garantia suficiente e idônea.
- 3.15.4 Recebida a intimação do juízo, a seguradora emitirá comunicação à INB por meio de correspondência eletrônica (e-mail) direcionada ao fiscal do contrato, o qual confirmará o recebimento.
- 3.15.5 Quaisquer avisos, notificações, solicitações ou comunicações, relativas às apólices devem ser enviadas exclusivamente para a fiscalização do contrato.
- 3.15.6 A INB, em toda e qualquer hipótese de caracterização de sinistro, deverá efetuar o pagamento da quantia até a data determinada pelo juízo para o efetivo pagamento, devendo este prazo ser informado pela seguradora à INB por meio de correspondência eletrônica direcionada à fiscalização do contrato.
- 3.15.7 A obrigação de pagamento será sempre de responsabilidade da INB, motivo pelo qual referido pagamento deverá ser sempre espontâneo.
 - 3.15.7.1 Caso o a INB não realize o pagamento determinado no subitem 3.15.6 supra, a seguradora o realizará no prazo determinado pelo juízo.
 - 3.15.7.2 Na hipótese do subitem 3.15.7.1, a INB obriga-se a efetuar o ressarcimento do valor oferecido pela seguradora ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento de notificação extrajudicial enviada pela seguradora.
 - 3.15.7.3 Em caso de descumprimento da INB ao estabelecido subitem 3.15.7.2, ficará caracterizada sua inadimplência, independentemente de qualquer outra formalidade, podendo a seguradora utilizar-se das medidas judiciais cabíveis para o imediato e completo reembolso.
 - 3.15.7.4 Na ocorrência de pagamento em duplicidade do débito reclamado, a INB se obriga a promover a devolução do(s) valor(es) pago(s) pela seguradora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após efetivação do respectivo estorno determinado pelo juízo.
- 3.16 Considerações adicionais
 - 3.16.1 A relação entre a seguradora e a INB não deve prejudicar o tratamento adequado do segurado, devendo ficar claro para este qualquer conflito de interesse decorrente desta relação.



- 3.16.2 A ocorrência de eventuais descasamentos contratuais entre as operações de seguro e de resseguro contratadas não justifica a negativa de sinistro ou a redução ou perda de direitos do segurado.
- 3.16.3 A inadimplência contratual da INB perante o objeto do seguro, sem atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado neste objeto, resulta no dever da seguradora em indenizar. (Carta Circular Eletrônica nº 1/2021/DIR1/SUSEP)
- 3.16.4 Caso a INB infrinja normas anticorrupção que gerem sua inadimplência contratual perante o objeto do seguro, sem a concorrência de atos dolosos do segurado, restará à seguradora, também neste caso, o dever de indenizar (Carta Circular Eletrônica nº 1/2021/DIR1/SUSEP).

4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1 A contratação do objeto deverá ser precedida de licitação, na modalidade pregão eletrônico, obedecido o critério de julgamento de menor preço, obtido a partir da oferta da menor taxa.
- 4.2 O menor preço será obtido mediante a aplicação da taxa sobre o valor do Limite Máximo de Garantia (LMG).
- 4.3 As taxas ofertadas pelas empresas participantes da licitação deverão se limitar a 04 (quatro) casas decimais.

5. COSSEGURO

- 5.1 A operação de cosseguro será permitida, desde que atendida a íntegra das disposições da Circular CNSP nº 68/2001 e demais normativos aplicáveis à matéria.
- 5.2 Nas operações de cosseguro não existirá responsabilidade solidária entre as companhias seguradoras, tampouco será permitida operação de cosseguro com participação de seguradora sem assunção de responsabilidade.
- 5.3 O contrato de cosseguro deverá contemplar as seguintes cláusulas/condições:
 - 5.3.1 A relação de todas as seguradoras participantes e os respectivos limites de responsabilidade assumidos;
 - 5.3.2 A seguradora líder e suas atribuições;
 - 5.3.3 A inexistência de responsabilidade solidária entre as sociedades seguradoras.
- 5.4 O pagamento do valor da indenização, no caso de cosseguro, deverá ser integralmente efetuado pela seguradora líder, independentemente da parte devida pelas outras entidades integrantes do cosseguro.
- 5.5 A empresa líder do cosseguro será responsável por todo o contato técnico e administrativo perante a INB, em especial quanto à emissão da apólice de seguros e regulação e liquidação de sinistros.

6. HISTÓRICO DE SINISTRALIDADE

- 6.1 Por se tratar da primeira contratação desta modalidade de segura, não há histórico de sinistros.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 7.1 Objetivando fornecer os subsídios necessários para avaliação e subscrição dos riscos por parte das entidades seguradoras participantes do processo licitatório, seguem as informações acerca das demonstrações financeiras, resultados, composição acionária e regulamentação estatutária, governança, riscos, conformidade, editais e atas da Assembleia Geral, entre outras.
 - 7.1.1 Relatório Anual da Administração, Relato Integrado e Demonstrações Financeiras: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos->



- [Acionistas/Informacoes-Financeiras/Relatorio-Anual-da-Administracao-Relato-Integrado-e-Demonstracoes-Financeiras.](#)
- 7.1.2 Release Resultados: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Release-Resultados>.
- 7.1.3 Demonstrações Financeiras Trimestrais: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Demonstracoes-Financeiras-Trimestrais>.
- 7.1.4 Balanços: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Publicacoes/Balancos>.
- 7.1.5 Editais e Atas da Assembleia Geral: <https://www.inb.gov.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-com-Acionistas/Informa%C3%A7%C3%B5es-aos-Acionistas/Publica%C3%A7%C3%B5es/Editais-e-Atas-de-Assembl%C3%A9ias-Gerais>.
- 7.1.6 Atas do Comitê de Auditoria Estatutário: <https://www.inb.gov.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-com-Acionistas/Informa%C3%A7%C3%B5es-aos-Acionistas/Publica%C3%A7%C3%B5es/Atas-do-Comit%C3%AA-de-Auditoria-Estatut%C3%A1rio-CAE>.
- 7.1.7 Atas do Conselho Fiscal: <https://www.inb.gov.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-com-Acionistas/Informa%C3%A7%C3%B5es-aos-Acionistas/Publica%C3%A7%C3%B5es/Atas-do-Conselho-Fiscal-CF>.
- 7.1.8 Atas do Conselho de Administração: <https://www.inb.gov.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-com-Acionistas/Informa%C3%A7%C3%B5es-aos-Acionistas/Publica%C3%A7%C3%B5es/Atas-do-Conselho-de-Administra%C3%A7%C3%A3o-CA>.
- 7.1.9 Políticas Estratégicas: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Governanca-Corporativa/Politic-Strategicas>.
- 7.1.10 Código de Ética, Conduta e Integridade: https://www.inb.gov.br/Portals/0/DocumentosOficiais/codigo_etica.pdf?ver=2022-07-01-151836-337.
- 7.1.11 Regimentos: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Governanca-Corporativa/Regimentos>.
- 7.1.12 Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Governanca-Corporativa/Carta-Anual-de-Politic-Publicas-e-Governanca-Corporativa>.
- 7.1.13 Comunicados e avisos aos acionistas: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Comunicados-e-Atas/Comunicados-e-Avisos-aos-Acionistas>.
- 7.1.14 Estatuto social: https://www.inb.gov.br/Portals/0/DocumentosOficiais/estatuto_social.pdf?ver=2022-06-08-123157-123.

8. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

- 8.1 As apólices deverão oferecer garantia suficiente para apresentação em juízo, em todo território nacional, em processos de natureza civil, inclusive ambientais, e trabalhista, também em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares,



mandados de segurança entre outros, como nova garantia em processo ou em substituição de garantia porventura existente.

8.2 O prazo da contratação será de 01 (um) ano, contado da data da última assinatura do representante das partes no instrumento contratual, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da lei nº 13.303/2016.

8.3 No decurso da vigência contratual deverão ser emitidas quantas apólices se fizerem necessárias, mediante solicitação da INB e à medida que surgirem novas demandas, ou ainda, quando verificada a necessidade de substituição de garantias existentes, limitadas ao valor da importância segurada (LMG) estabelecida no termo de referência.

8.3.1 As apólices expedidas no decurso do prazo da contratação devem possuir vigência conforme determinação do juízo competente, com prazo não inferior a 03 (três) anos no caso dos processos de natureza trabalhista, haja vista a necessidade de cumprimento das disposições do inciso VI, do art. 3º, do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019.

8.3.1.1 Caso as apólices emitidas possuam vigência inferior aos estabelecido no subitem 8.3.1, com exceção das ações trabalhistas, em razão de possíveis limitações impostas por disposições dos contratos de resseguro ou em decorrência de peculiaridades do mercado, a entidade seguradora deverá renová-las automaticamente em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias antes da data de seu vencimento, com emissão do correspondente endosso.

8.3.1.2 Deverão ser realizadas quantas renovações forem necessárias para manutenção das apólices vigentes até a extinção do risco (encerramento do processo), de forma preservar a garantia ofertada por todo o período definido pelo juízo competente e atender às exigências do caput do art. 7º da Circular SUSEP nº 662/2022.

8.3.1.3 Em se tratando de apólices com prazo inferior à vigência da obrigação garantida, nos termos do subitem 8.3.1.1 acima, a seguradora deverá assegurar a manutenção da cobertura enquanto perdurar o risco a ser coberto, em atenção aos termos do art. 8º da Circular SUSEP nº 662/2022.

9. SIGILO

9.1 A seguradora compromete-se a manter sigilo sobre as informações classificadas como “sigilosas” referentes à operação a ser firmada entre as partes, nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, e a:

9.1.1 Tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou os materiais de acesso restrito que forem fornecidos pela INB e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

9.1.2 Não praticar quaisquer atos que possam afetar a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito;

9.1.3 Não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito da INB, salvo autorização da área competente.

9.2 A referida obrigação é extensível aos profissionais contratados pela seguradora para execução de serviços específicos, incluídos, mas não limitados àqueles prestados por reguladores de sinistro, inspetores, advogados, peritos, entre outros.

9.3 Não estão abrangidas nestas condições de manutenção de sigilo as informações que porventura a entidade seguradora esteja obrigada a prestar, por força da legislação,



normas e regulamentos à SUSEP, resseguradores e outros órgãos e entidades competentes.

10. CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

- 10.1 As partes assinarão o contrato de contragarantia conforme modelo disponibilizado no Anexo I do presente termo de referência.



MINUTA DE CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Por este instrumento particular de contrato, de um lado:

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. – INB, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Rio Branco nº 1, sala 1901 - Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 00.322.818/0001-20, doravante denominada **TOMADOR**, neste ato representado na forma de seu estatuto social, e de outro lado,

_____, com sede na Cidade _____, Estado _____, _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, doravante denominada **SEGURADORA**, neste ato representada na forma do seu estatuto Social.

Pelo presente contrato e na melhor forma de direito as partes designadas e firmadas neste instrumento, avençam a emissão de apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e pelas quais se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

- 1.1. A **SEGURADORA** garantirá as obrigações assumidas pelo **TOMADOR** perante o(s) segurado(s) mediante emissão de apólice(s) e eventual(is) endosso(s) nos quais serão estabelecidas as finalidades, o valor, o prazo e demais condições da cobertura de seguro, de acordo com a(s) obrigação(ões) garantida(s).
- 1.2. O **TOMADOR** declara conhecer a extensão e a modalidade de cada apólice e de cada endosso que vir solicitar à **SEGURADORA**, estando de pleno acordo que a **SEGURADORA** a preste e a cumpra, tal como neles se contém, independentemente de prévia anuência e/ou interferência e/ou qualquer formalidade judicial ou extrajudicial.
- 1.3. O **TOMADOR** obriga-se a:
 - (a) Enviar à **SEGURADORA**, sempre que solicitado, informações de caráter econômico-financeiro, cadastral, fiscal, e trabalhista, assim como informações sobre o cumprimento das obrigações garantidas;
 - (b) Apresentar informações exatas à **SEGURADORA**, ao solicitar o seguro, não omitindo qualquer informação sobre a obrigação a ser garantida;
 - (c) Informar à **SEGURADORA**, antes da emissão da(s) apólice(s) e endosso(s), a existência de pluralidade de garantias para o mesmo objeto assegurado, situação em que a **SEGURADORA** participará proporcionalmente;
 - (d) Pagar o prêmio do seguro à **SEGURADORA**, pelo período total de vigência indicado na(s) apólice(s) e endosso(s);
 - (e) Informar previamente à **SEGURADORA** qualquer alteração no seu quadro societário e/ou percentual de participação;
 - (f) Manter íntegras e suficientes as garantias oferecidas ao seguro;
 - (g) Entregar à **SEGURADORA**, assim que solicitadas, especialmente em caso de aviso formal de sinistro, garantias adicionais líquidas ou antecipar o equivalente ao valor da indenização securitária diretamente ao segurado;
 - (h) Ressarcir a **SEGURADORA** de quaisquer prejuízos e/ou despesas oriundas de avisos formais de sinistro, bem como honorários advocatícios, conforme disposto no artigo 20, § 3º do Código de Processo Civil em caso de cobrança judicial;



- (i) Na ocorrência de pagamento em duplicidade do débito reclamado obriga-se o TOMADOR a promover a devolução do(s) valor(es) pago(s) pela SEGURADORA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - (j) Cumprir com todas as obrigações decorrentes deste contrato.
- 1.4. No caso de parcelamento de prêmio, decorrido o prazo previsto na respectiva parcela sem que este tenha sido efetuado, ocorrerá o vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a **SEGURADORA** recorrer à cobrança do **TOMADOR** das garantias eventualmente oferecidas, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEGUNDA – PENALIDADES

- 2.1. Ficam estabelecidas as seguintes penas convencionais, sem prejuízo uma das outras e bem assim das demais sanções previstas em Lei:
- (a) Ocorrendo o inadimplemento de qualquer quantia devida à **SEGURADORA**, nos termos deste contrato, o débito em atraso ficará sujeito à aplicação do índice de correção monetária IPC-A, juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o débito corrigido monetariamente e multa irredutível de 2% (dois por cento) sobre o total devido na forma desta alínea;
 - (b) O inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste contrato sujeita o **TOMADOR** à multa de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculada sobre o valor das obrigações assumidas pela **SEGURADORA**, cobrada por dia decorrido até que a obrigação seja cumprida;
 - (c) Em caso de cobrança administrativa, a **SEGURADORA** fará *jus* ao reembolso das respectivas despesas e honorários advocatícios, quando houver, desde que devidamente comprovados por esta.

CLÁUSULA TERCEIRA – RESCISÃO

- 3.1. Após notificação judicial ou extrajudicial, poderá a **SEGURADORA**, nos casos abaixo, dar por vencido o presente contrato para exigir do **TOMADOR** a liberação das obrigações assumidas ou o pagamento imediato de valor equivalente às obrigações assumidas neste contrato:
- (a) Quando ocorrer declaração inexata de fato material ou omissão de informação materialmente relevante, por parte do **TOMADOR**, ao solicitar o seguro;
 - (b) Quando a **SEGURADORA** avaliar que a conduta ou solvência do **TOMADOR** evidencie incapacidade para cumprir as obrigações contraídas com o(s) segurado(s), principalmente em razão de situação agravada em momento posterior ao da assinatura do presente instrumento;
 - (c) Quando o **TOMADOR** se encontrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, tiver contra si requerimento ou decretação de sua falência;
 - (d) Quando o **TOMADOR** não cumprir com quaisquer das obrigações decorrentes deste contrato;
 - (e) Quando ocorrer protesto de títulos ou for distribuída qualquer ação contra o **TOMADOR**, que afete seu patrimônio de forma que não possa(m) cumprir com as obrigações ora contraídas;



- (f) Se ocorrer mudança no controle societário do **TOMADOR**, que importem na redução de sua solvência e capacidade de liquidar os compromissos assumidos, sem prévia e expressa anuência da **SEGURADORA**;
- (g) Nos demais casos previstos em lei.
- 3.2. Nos casos acima previstos, poderá a **SEGURADORA** liquidar junto ao(s) segurado(s), as obrigações do **TOMADOR**, liberando-se do(s) seguro(s) prestado(s).
- 3.3. Nas hipóteses previstas nas alíneas desta cláusula, a **SEGURADORA** poderá ainda, com o intuito de fazer prevalecer seus direitos, iniciar as ações judiciais e extrajudiciais e em especial, solicitar embargos, proibições especiais ou gerais e tantas outras medidas preventivas que julgue necessárias, para as quais o **TOMADOR** desde já prestam sua concordância, ficando entendido que as citadas medidas preventivas serão mantidas enquanto persistir a obrigação da **SEGURADORA** na(s) apólice(s) e endosso(s) em vigor.

CLÁUSULA QUARTA - SUB-ROGAÇÃO

- 4.1. A **SEGURADORA** ficará automaticamente sub-rogada nos direitos do **SEGURADO** para haver, do **TOMADOR** ou contra terceiros cujos atos e fatos tenham dado causa ao sinistro, toda e qualquer despesa ou pagamento que venha a efetuar em decorrência da APÓLICE e dos eventual(is) endosso(s) emitido(s)
 - 4.1.1. O não pagamento pelo **TOMADOR** do valor executado, quando determinado pelo Juízo, independentemente do trânsito em julgado ou de qualquer outra ação judicial em curso na qual se discuta o débito, após o recebimento dos embargos à execução ou da apelação, sem efeito suspensivo;
 - 4.1.2. O não cumprimento da obrigação de, até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da apólice, o **TOMADOR** renovar o seguro garantia ou apresentar nova garantia suficiente e idônea.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. Caso a **SEGURADORA** tenha que cumprir no todo ou em parte as obrigações decorrentes da(s) apólice(s) e endosso(s), o **TOMADOR** declara que não exigirá dela proteção no pagamento do débito ao(s) segurado(s) nem discussão acerca da certeza ou liquidez da dívida por este apresentada.
- 5.2. Não obstante o estabelecido neste item, a **SEGURADORA** se reserva no direito de, a seu juízo, fazer ao(s) segurado(s) as reservas e objeções que o **TOMADOR** considere pertinentes, desde que este lhe comunique em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação por escrito que esta emitir.
- 5.3. O **TOMADOR** pessoa jurídica declaram que as obrigações assumidas através deste contrato de forma alguma contradizem as disposições de seu estatuto social, ou de outros regulamentos, e declaram ainda que têm os poderes necessários para assumir tais obrigações e assumem os ônus decorrentes de quaisquer irregularidades.
 - 5.3.1. Caso a assinatura deste instrumento por quaisquer das **PARTES** contenha vício, ou seja declarada inválida por qualquer motivo, tal omissão, vício ou invalidade não deverá, a qualquer título, afetar a validade do presente instrumento e as obrigações por ele impostas às **PARTES**, ficando estas obrigadas na mesma medida que estariam caso a referida omissão, vício ou invalidade inexistisse.
 - 5.3.2. Para ausência de dúvidas, as obrigações do **TOMADOR** assumidas nos termos deste Contrato permanecerão em vigor até a extinção das respectivas garantias, independentemente de qualquer alteração societária, inclusive a alienação da participação societária do **TOMADOR** deste Contrato nas sociedades mencionadas nas alíneas acima.



- 5.3.3. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o **TOMADOR** fica obrigado a comunicar imediatamente à **SEGURADORA**, por escrito, qualquer alteração e/ou alienação da participação societária relacionada às alíneas desta cláusula.
- 5.4. Qualquer omissão ou tolerância por parte da **SEGURADORA** em exigir o fiel cumprimento das obrigações deste contrato será interpretado como simples ato de tolerância e não constituirá novação, transação ou renúncia, nem afetará o seu direito de exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 5.5. É parte dos procedimentos de Governança Corporativa da **SEGURADORA**, quando da constituição de relacionamento, de qualquer natureza, dar notoriedade acerca das disposições regulatórias vigentes. Diante desta prerrogativa, as partes estabelecem entre si mútua colaboração na efetividade do cumprimento da Lei nº 12.813/2013 (Conflito de Interesses), Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção & Suborno), Leis nº 9.613/1998 e nº 12.683/2012 (prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro e financiamento ao terrorismo), concomitante com a Circular SUSEP nº 445/2012 (prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro) e Circular SUSEP nº 344/2007 (prevenção à Fraude), bem como legislação aplicável de combate à evasão fiscal.
- 5.6. O valor deste contrato corresponde ao somatório dos valores da(s) apólice(s) e endosso(s) emitido(s) pela **SEGURADORA**.
- 5.7. Exclusivamente para apólices e eventuais endossos emitidos nas modalidades administrativo de créditos tributários, aduaneiro, judicial, judicial para execução fiscal e parcelamento administrativo fiscal, inclusive para atendimento das disposições da Portaria PGFN nº 164/2014 ou outro normativo que venha a sucedê-la, bem como normativos estaduais similares, fica acordado que o sinistro caracterizar-se-á no momento em que a **SEGURADORA** recepcionar o aviso formal expedido pelo Segurado, determinando o pagamento da importância segurada. Deste aviso, a **SEGURADORA** dará ciência ao **TOMADOR** por qualquer dos meios indicados no parágrafo 1º infra, direcionada à(s) pessoa(s) por ele indicada(s).
- 5.8. Qualquer aviso, notificação, solicitação ou comunicação, relativa ao presente Contrato deverá ser enviada para os endereços indicados a seguir, por meio de correspondência eletrônica, com comprovante de entrega ao destinatário.
- (a) No caso do **TOMADOR**: Att: Xx
- Rua: Xxx
- Tel. (xx) xxxx.xxxx
- Fax: (xx) xxxx.xxxx
- Endereço eletrônico: xxx
- (b) No caso da **SEGURADORA**: Att: xxx
- Rua: xxx
- Tel.:xxx
- Fax:xxx
- Endereço eletrônico: xxx
- 5.9. Caso seja modificado qualquer dos dados do(s) representante(s) indicado(s) no item 5.8 acima, a parte que promover a alteração deverá comunicar imediatamente à outra, por escrito, sob pena de que a correspondência enviada com base nos dados desatualizados seja



considerada válida, inclusive para todos os fins de pagamento, citação inicial, notificação extrajudicial (na forma do artigo 160 e §§ da Lei n.º 6.015/1973), intimação e/ou ciência originados de atos administrativos ou judiciais, consoante os termos deste contrato.

- 5.10. O **TOMADOR**, em toda e qualquer hipótese de caracterização de sinistro, deverá efetuar o pagamento da quantia até o prazo determinado pelo juízo para o efetivo pagamento, conforme correspondência eletrônica expedida pela **SEGURADORA**. A obrigação de pagamento é de responsabilidade do **TOMADOR**, motivo pelo qual referido pagamento deverá ser sempre espontâneo.
- 5.11. Em caso de descumprimento ao disposto no item 5.10, o **TOMADOR** estará obrigado a efetuar o ressarcimento do valor oferecido pela **SEGURADORA** ao Segurado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento de notificação extrajudicial por ela enviada, sem prejuízo do disposto na cláusula 2.1, "a" deste instrumento. Em caso de descumprimento desta obrigação pelo **TOMADOR**, ficará caracterizada sua inadimplência, independentemente de qualquer outra formalidade, podendo a **SEGURADORA** utilizar-se das medidas judiciais cabíveis para o imediato e completo reembolso do valor que houver dispendido.
- 5.12. Na ocorrência de pagamento em duplicidade do débito reclamado, obriga-se o **TOMADOR** a promover a devolução do(s) valor(es) pago(s) pela **SEGURADORA**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula 2.1, "a" deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – CONFIDENCIALIDADE

- 6.1. A **SEGURADORA** se obriga a não transferir a terceiros, exceto terceiros relacionados à operação tais como todo o mercado ressegurador, empresas de digitalização, funcionários terceirizados, as informações tecnológicas e/ou confidenciais de propriedade do **TOMADOR** que lhe forem repassadas.
- 6.2. Somente se admitirá como motivos de exceção à obrigatoriedade do sigilo e da confidencialidade, na ocorrência das seguintes hipóteses:
- (a) a informação já era conhecida pela **SEGURADORA** anteriormente à efetivação de relação comercial entre as **PARTES**;
 - (b) houver prévia e expressa anuência do **TOMADOR**, da liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;
 - (c) a informação foi comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independente da relação comercial mantida entre as **PARTES**;
 - (d) determinação judicial e/ou das autoridades competentes para conhecimento destas informações; e
 - (e) a informação não marcada como "confidencial";
 - (f) a informação consta de documentos de conhecimento público, como escrituras públicas, publicações na imprensa, informações prestadas por órgãos da administração pública direta ou indireta ou de autos de processos judiciais ou procedimentos administrativos.
- 6.3. **PARÁGRAFO 2º** - No caso de violação comprovada desta cláusula, a **SEGURADORA** estará sujeita a todas as sanções e penalidades previstas na legislação brasileira.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

- 7.1. A vigência do presente instrumento se encerrará com o cumprimento de todos os compromissos do **TOMADOR** perante a **SEGURADORA** e o **SEGURADO**, desde que transcorridos 60 (sessenta) dias contados do final da vigência da apólice, e/ou de eventual(is) endosso(s), e desde que não haja registro na **SEGURADORA** de aviso(s) de sinistro(s) ou pleitos no judiciário para este fim.



CLÁUSULA OITAVA – FORO

- 8.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 202__.

(SEGURADORA)

CNPJ:

(TOMADOR)

CNPJ

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG/CPF:

Nome

CPF



ANEXO IV

PLANILHA DE PREÇOS



PLANILHA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: _____
Endereço Completo: _____
Contato: _____ E-mail: _____ Telefone: _____

Descrição do Objeto		
Contratação de seguro garantia judicial destinado a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir valores efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide		
A	Importância Segurada (LMG)	R\$ 141.209.170,05
B	Taxa (em %, limitada a 4 casas decimais)	_____%
C	Prêmio – 01 (um) ano	(A x B)

O valor global do prêmio, considerando o período de vigência da contratação, equivalente a 01 (um) ano, corresponde a **R\$ _____ (_____)**, e resulta da aplicação da taxa de _____% (**_____ por cento**) sobre o montante da importância segurada (LMG), no total de R\$ 141.209.170,05 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e nove mil, cento e setenta reais e cinco centavos).

Validade da Proposta Comercial: Preços válidos por 60 (sessenta) dias.

Notas:

- 1) O valor do prêmio corresponderá ao valor do contrato e será obtido mediante aplicação da taxa ofertada sobre a importância segurada (LMG).
- 2) A taxa ofertada deverá se limitar a 04 (quatro) casas decimais.
- 3) A seguradora deverá apresentar no portal de licitações do Governo Federal o valor do prêmio para todo o período de vigência contratual de 01 (um) ano.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Nome: _____ Nome: _____
Cargo/Função: _____ Cargo/Função: _____
Assinará o Instrumento Contratual com certificado digital padrão ICP-Brasil? () SIM () NÃO

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco: _____
Agência Bancária n.º: _____ C/C do Licitante n.º: _____